

CLEPUL  
*em Revista*

38

Setembro de 2018

## escritoreslusofonos.net

O CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa retoma em Setembro, com esta plataforma, o trabalho biobibliográfico que vinha desenvolvendo em [www.escritores.online](http://www.escritores.online), encerrado pelo seu fundador em 13 de Abril.

Meses depois, regressamos ao projecto de ser a casa comum da escrita lusófona: recuperamos parte da matéria além inserta, enquanto lançamos linhas novas que significam a vitalidade de um Centro com mais de 500 investigado-

res, nacionais e estrangeiros. Desde logo, oferecemos os milhares de páginas constantes da *Biblioteca Lusitana* [BL] e do *Dicionário Bibliográfico Português* [DBP], mantendo a grafia de Diogo Barbosa Machado e de Inocêncio Francisco da Silva e sucessores.

A par do repositório da Universidade de Lisboa, de [www.lusosofia.net](http://www.lusosofia.net), das bases de dados (Bibliografia do Conto, Arquivo Digital da Literatura Oral Tradicional, índices da *Bro-téria*...), digitalização de publicações, caso da *Revista Lusitana* e outras, ou

de oferta de *ebooks*, tudo em [www.clepul.eu](http://www.clepul.eu), consideramos decisiva a ligação imediata ao mercado editorial, honrando os criadores de todos os géneros e latitudes na sua inspiração lusíada.

O acompanhamento regular de iniciativas e o noticiário *em dia* são de interesse geral, pelo que convidamos autores, editores, livreiros e outros agentes a acompanhar-nos. Outros *links* irão concorrer para uma actualidade que desejamos atenta, questionadora e profunda. **Ernesto Rodrigues**

## Hemeroteca do CLEPUL

O CLEPUL dispõe, desde Setembro, de uma hemeroteca aberta aos investigadores. Por iniciativa do seu director, que deixa em depósito mais de uma centena de colecções de jornais e revistas, é possível folhear variadíssimos títulos, desde o *Século Ilus-*

*trado*, *Vida Mundial* ou *Ler ao Expresso* e *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*. A par de dezenas de cabeçalhos, alguns em número zero ou número um – de que se fará exposição em Fevereiro de 2019 –, salientam-se, afora várias revistas estrangeiras (*Lire*,

*Le Magazine Littéraire*...), oitenta encadernações contendo suplementos literários de diários nacionais e estrangeiros: *A Capital*, *Diário Popular*, *Diário de Lisboa*, *Diário de Notícias*, *El País*, *ABC*, *Le Monde*, *Libération*, *Le Figaro*, *La Stampa*, etc.

## Faleceu João David Pinto-Correia

O CLEPUL lamenta a morte do Professor Doutor João David Pinto-Correia, coordenador do Grupo de Investigação de Tradições Populares Portuguesas Professor Manuel Viegas Guerreiro, e envia condolências à Mulher e Filhas. Referência nos estudos de Literatura Oral e Tradicional, poeta e docente aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, João David, como era tratado entre amigos, marcou gerações de alunos e deixa uma mágoa profunda em todos nós. Está a ser ultimado um volume de homenagem, coordenado por Thierry Proença dos Santos.

\*

Literatura juvenil e literatura oral e tradicional com predominância do romanceteiro, Fernão Mendes Pinto e Manuel Bernardes, arte de bem escrever português e uma inteira generosidade, eis alguns tópicos que nortearam a vida de João David, nascido há 79 anos.

Em Julho, encontrámo-nos no *seu* Centro de Tradições Populares Portuguesas Professor Manuel Viegas Guerreiro, como continuávamos a designá-lo, donde João David queria retirar os seus materiais, entre livros e teses que orientou e arguiu. Iriam para a casa da Parede, após operação marcada para Outubro.

Recordo as noites do Funchal, onde nasceu, antes e durante a presidência da Comissão Instaladora da Universidade da Madeira: sempre na companhia do nosso malogrado Amigo José António Gonçalves (foi João David a dar-me a notícia da sua morte), descansávamos das agruras do Continente, entre debates literários, que o animaram a editar versos assinados por David Pinto Correia.

*Este Branco Silêncio* (1991) é o título que me acompanhará, doravante. E «Sempre que venho aos jardins da Gulbenkian» é poema melopeico que não mais esquecerei. **Ernesto Rodrigues**



## No adeus a um Amigo

João David Pinto-Correia (Funchal, 1939) não recuperou de um AVC que sofreu três semanas antes, e faleceu a 19 de Agosto, em Lisboa.

Integrante dos órgãos sociais do PEN Clube Português nas últimas direcções, ao qual oferecia a logística, na recepção de obras candidatas a prémios e para reuniões da Direcção, do Centro de Tradições Populares Portuguesas Professor Manuel Viegas Guerreiro, que dirigia, João David, nome bastante para amigos, era um vulcão de iniciativas em lava serena e conciliação sorridente.

Conhecem-no gerações de estudantes no ensino privado, caso do ISLA, e, sobretudo, no público. Neste, ousou lançar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde se aposentou como professor associado, um olhar sobre as paraliteraturas, ainda ditas contraliteraturas e literaturas marginais nos anos 70, fosse o romance policial ou *A Literatura Juvenil em Portugal*, título de 1973.

Após recomposições curriculares, assentou na literatura portuguesa medieval

e tornou-se uma referência internacional em literatura oral e tradicional, em que se doutorou, abordando *Os Romances Carolíngios da Tradição Portuguesa* (1987; em livro, 1993-1994). Assinou outros títulos nesta especialidade, em que se via regularmente convocado para orientar, co-orientar e arguir dissertações de mestrado e teses de doutoramento.

A par, vinha o interesse por Manuel Bernardes, cuja *Luz e Calor* estudou (1978), merecendo recensão na *Colóquio-Letras* de uma professora tutelar, Maria de Lourdes Belchior, e veio, sobretudo, na sua paixão pela viagem, a figura de Fernão Mendes Pinto, de cuja *Peregrinação* deu síntese-chave (1979).

O grande público acompanhou-o na televisão, mas também em papel (aqui, dirigindo-se igualmente à Comunicação Social), ao lado de Edite Estrela, a corrigir-nos a língua, já divergindo daquela no tocante ao AO90.

Incompleto ficaria este retrato se não soubéssemos que o professor foi também fazedor de universidades.

Devem-lhe muito, na sua constituição, as Universidades de Trás-os-Montes e Alto Douro e, mais ainda, a do Algarve e da Madeira, tendo nesta presidido à última comissão instaladora. Discreto secretário da *Revista Lusitana*, em nova série dirigida por Lindley Cintra, dela seria último director, propondo, com a abstração do Centro de Tradições Populares pelo CLEPUL, a sua digitalização, enquanto se criava uma plataforma digital de Literatura Oral e Tradicional. Fica assegurada, assim, a herança de José Leite de Vasconcelos e Manuel Viegas Guerreiro, num espaço físico que guarda a memória e recolhas de centenas de alunos, ou informantes, ao lado de Michel Giacometti e novos investigadores.

O poeta de *Este Branco Silêncio* (1991), reincidente em 2001 com um livrinho de cordel, e antologado em Itália via poetas madeirenses, requer aproximação atenta.

O Amigo, esse, deve fazer parte do nosso quotidiano.

**Ernesto Rodrigues**

## Evocação do João David

O João David deixou-nos. Deixa saudades a todos aqueles que com ele privaram, trabalharam, trocaram ideias e ensinamentos, e deixa o exemplo de uma individualidade profundamente humana, discreta, observadora e afável. ApANHADOS de surpresa pela triste notícia, ex-alunos, colegas, amigos e familiares comungaram, ainda em contexto de dispersão estival, no mesmo sentimento de perda e manifestaram apreço e gratidão pelo papel que desempenhou na vida deles, com breves evocações, através das redes sociais, que é como hoje comunicamos alegrias e tristezas.

Quem com ele confraternizou nestes últimos vinte e cinco anos (ou seja, desde os tempos em que o leitor de francês que eu era, recentemente desembarcado na ilha, se cruzou com ele na Universidade da Madeira, quando presidiu à terceira e última Comissão Instaladora da referida instituição), não poderá deixar de associá-lo a gestos e modos que eram a sua imagem de marca: o

sorriso generoso dos reencontros, o bigode que lhe dava aquele ar distinto, conferindo-lhe personalidade, e que nos derradeiros tempos de sua vida transformou em barba rala grisalha, acentuando-lhe a mais que merecida dignidade, o modo descontraído como acendia o cachimbo e dava início à conversa que corria ao ritmo das puxadas e de leves névoas de fumo aromatizado, os jornais e volumes de papel que sempre o acompanhavam, assim como o gole de uísque de que não abdicava para lhe abrir o apetite ou simplesmente para descontraír.

Do académico e amigo, guardo na memória o homem de afetos, o homem culto, o homem fiel a lugares. De afetos, porque falava dos seus com emoção, tratava as suas equipas de trabalho como se família fosse, cultivava com desvelo a amizade e não disfarçava a imensa ternura que sentia pelos seus gatos. Revelava-se voz culta nos seus escritos, nas suas preleções e nos contactos que tinha com

amigos e discípulos. As conversas desenvolviam-se ao sabor das divagações do momento, girando em torno dos seus temas prediletos: o núcleo familiar, as memórias da infância e juventude, os livros que o marcaram, os intelectuais (e mestres) por quem nutria estima e admiração (nomeadamente, Jacinto Prado Coelho, Lindley Cintra, Victorino Nemésio, A. J. Greimas, Viegas Guerreiro...), a literatura de cordel, aspetos da cultura popular, o mundo universitário, as mágoas e as alegrias colhidas nas iniciativas em que nos envolvemos, a vida política nacional, os tempos que correm e a sociedade em que vivemos, as últimas que corriam na Madeira à boca pequena, bem como a sua nunca negada madeirenidade. As nossas reuniões de trabalho tinham como que um protocolo a ser observado: primeiro, punha-se a conversa em dia, e só depois se partia pedra. A primeira parte levava sempre a melhor. Não raro, era por telefone, dias depois da entrevista, que se acertavam tarefas,

rumos e metodologias. Por isso, as nossas reuniões eram, para mim, momentos sempre bem passados, mormente aquelas que tínhamos quando assumiu a coorientação da minha dissertação de doutoramento. Foi nessa altura que percebi que o João David era homem fiel a lugares, entre o *habitué* e o peregrino. (Essa impressão confirmou-se, aliás, quando lançou, em 2001, o opúsculo de poesia que intitulou *Onze mais Um Poemas e Lugares*). Os nossos pontos de encontro declinavam-se facilmente: o Centro de Tradições Populares Portuguesas, que então dirigia, na FLUL, ou então, quando se deslocava à terra natal, o restaurante *O Arco*, na rua da Carreira, ou o bar do *Hotel Madeira*, onde se alojava nas suas curtas permanências. Várias vezes, ao deambularmos pela baixa do Funchal, fomos parar à *Farmácia Portuguesa*, na rua João Távira, para ele um lugar de peregrinação, porque de gratas memórias e funda amizade por quem lhe deu ali explicações e apoio escolar na sua juventude. Adotava os lugares onde

se sentia em casa, gostava de ser tratado pelos anfitriões e funcionários como se fosse da casa. Sei que apreciava nesses lugares o conforto de uma relação de confiança e de mútua estima.

A outra lição (de vida) que aprendi com ele foi dar tempo ao tempo. Como todo o insular que se preze, o João David tinha um tempo próprio para tudo: responder a contactos, tratar de assuntos e concluir projetos. Fora da sua agenda habitual, as questões que lhe colocavam ficavam sujeitas a um processo de amadurecimento: «cada coisa a seu tempo tem seu tempo», como ensina o poeta. Era a sua forma de estar na vida e de resistir à pressão dos tempos atuais.

Quanto à vasta e densa obra que nos lega, muitos textos não de sobreviver-lhe, dada a qualidade e pertinência de que se revestem. O João David produziu ensaios, livros didáticos, recensões, verbetes, artigos, comunicações e prefácios, elaborou uma tradução de um romance de Mauriac e compôs poesia. Sublinhe-se que di-

rigiu a *Revista Lusitana – Nova Série* e que coordenou obras coletivas. Orientou também várias dissertações que alargaram horizontes e conhecimentos sobre mouros míticos e tradições do teatro popular em Trás-os-Montes, lendas do sobrenatural no Algarve, um trovador do Nordeste brasileiro, o «feitiçeiro» (entenda-se ‘poeta popular’) do Norte da ilha da Madeira, manifestações do ocultismo na literatura de cordel portuguesa dos séculos XIX e XX, perspectivas da obra de Mendes Pinto, a oficina de um romancista madeirense do séc. XX e a sua fortuna literária, vários aspetos do romanceiro ibérico, bem como representações de Santo António em Portugal e Espanha.

Não cabendo neste espaço uma sua bibliografia exaustiva, limitar-me-ei a sintetizar e ilustrar os domínios que os seus estudos abarcaram, com a ressalva de que muitos dos títulos infracitados são transversais a uma boa parte deles. Os seus trabalhos inscrevem-se claramente na área da Literatura e Cultura Portuguesa e, nesse âmbito, estendeu-se

aos domínios da Sociologia da Literatura, da Literatura de Viagens, da Cultura Madeirense e, em particular, na sua qualidade de especialista, da Literatura Oral e Tradicional. Além de autor de obras de referência nesse campo investigativo como mais adiante se verá, foi, também, de 2010 a 2013, o responsável pelo Projeto PTDC/CLE-LLI/104023/2008 – «Arquivo Digital de Literatura Oral Tradicional (ADLOT)» da FCT e FLUL, que resultou no portal [www.adlot.fl.ul.pt](http://www.adlot.fl.ul.pt), contendo versões de diferentes composições de todo o Portugal, Madeira inclusive, e que se encontravam inéditas.

A sua curiosidade e amor às Letras Portuguesas conduziram-no a tratar de temas, discursos e autores tão diversos – e para os mais variados públicos – como ilustram os seguintes títulos que assinou: *Luz e Calor do Padre Manuel Bernardes: Estrutura e Discurso* (1978); «Aquilino Ribeiro – O Malhadinhas», in *Ficha de Animação de Leitura* (1979); «Uma escrita acerca do Povo ou da possibilidade

de um discurso etnográfico», prefácio seu a *Glória, Uma Aldeia do Ribatejo – Ensaio Etnográfico*, de Alves Redol (1982, p. 9-29), «Evocação de Nemésio (pequenas memórias em jeito de testemunho comovido)» (in *Relâmpago: revista de poesia*, abr. 2011) ou, no âmbito da literatura medieval, área a que deu especial atenção ao longo da sua vida de estudioso: «A dimensão espacial ou a “paisagem” nas cantigas de amigo: registo discursivo de uma espacialização tópica ou/e da realidade extracontextual» (1985).

Esse vasto conhecimento permitiu-lhe fazer apreciadas incursões no campo da Cultura Portuguesa, nomeadamente quando publicou, em 1986, *Repensar a Nossa Identidade Cultural*, texto reeditado em 2005, e que, volta e meia, lhe proporcionava agradáveis surpresas, ao ser referenciado elogiosamente. Na verdade, ensaiava recorrentemente abordagens transdisciplinares com vista a uma ampla compreensão do tema em análise, como se depreende dos seguintes temas: *O Significado*

*Cultural Duma História Carolíngia: a Tragédia do Marquês de Mântua de Baltazar Dias* (1994) e «O Jardim Medieval: questão filológica e configuração histórico-literária» (in *Jardins do Mundo: Discursos e Práticas*, 2008, p. 77-90).

No domínio da prescrição do uso da Língua Portuguesa, quer na expressão oral, quer na escrita, deu à estampa *Introdução às Técnicas de Comunicação e de Expressão: Problemas Teóricos e Metodológicos* (1978) e, com outros autores, assinou o manual *Falar Melhor, Escrever Melhor*, das Selecções do Reader's Digest (1991). Todavia, o volume que porventura tornou familiar o seu nome ao grande público foi o *Guia Essencial da Língua Portuguesa para a Comunicação Social*, de 1988, elaborado em coautoria com Edite Estrela, e que conheceu várias reedições.

Casos de sucesso editorial reenviam-nos para a Sociologia da Literatura, área em que deixou fortes contributos, tais como *A Literatura Juvenil em Portugal: Subsídios para o estudo da sua história*

*e de alguns dos seus problemas* (1973), *Literatura Juvenil: Paraliteratura* (1978), *O Texto Paraliterário* (1979), “A Literatura popular e as suas marcas na produção literária portuguesa do séc. XX: uma primeira síntese” (in *Revista Lusitana. Nova série* 9, 1988, p. 19-45), *Os Militares e a Literatura Madeirense* (1998) ou “Paraliteratura: da acção ao sentimento” (2003, disponível em: [purl.pt/301/1/xpo/docs/joao-d-p-correia.doc](http://purl.pt/301/1/xpo/docs/joao-d-p-correia.doc)). Outra temática frequente na sua bibliografia é a Literatura de Viagens, tendo escrito trabalhos de referência, desde 1979, sobre uma das obras maiores da Cultura Portuguesa: a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto. Outros títulos, como «O Mar e as Lágrimas» (in *Oceanos* 10, 1992, p. 72-79), «Da História à Literatura – ainda o descobrimento da Madeira» (in *Actas III Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1993, p. 201-206) ou «Deslumbramento, Horror e Fantasia. O Olhar Ingénuo na Literatura de Viagens» (in *O Olhar do Viajante. Dos Navegadores aos Exploradores*, 2003, p. 9-33),

2003, p. 9-33), poderão dar uma ideia das múltiplas questões tratadas com a meticulosidade que o caracterizava.

Deslizando para o campo dos estudos da sua predileção, fundamentou uma proposta teórica em *A Literatura Oral Tradicional – Conceito, Classificação, Perspectivas* (2013). Para uma maior informação sobre o Romanceiro a que dedicou vários estudos e antologias, em particular os de assunto carolíngio, os interessados poderão consultar: *Romanceiro Tradicional Português* [Apresentação crítica, org., notas e sugestões para análise literária de] (1984), *Os Romances Carolíngios da Tradição Oral Portuguesa* (1993, vol. I, e 1994, vol. II), *Romanceiro Oral da Tradição Portuguesa* [org., notas e sugestões para análise literária de] (2003), e ainda *O Essencial sobre o Romanceiro Tradicional* (1986). Tal campo permitia-lhe as mais variadas abordagens, conciliando o trabalho do erudito e a reflexão do observador contemporâneo, como indicam as seguintes publicações: «A Pereni-

dade de uma Influência Cultural: Notas a propósito da Temática» (in *Les Rapports Culturels et Littéraires entre le Portugal et la France*, 1983), «La variation dans les textes ethno littéraires : quelques points de repère théorético-méthodologiques» (1985) ou ainda «Tradição, “cultura de massa” e novos contextos culturais: desaparecimento ou persistência da literatura oral tradicional?» (in *Actas do IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada, «Estudos Literários / Estudos Culturais»*, 2004).

No que diz respeito aos Estudos Madeirenses – para retomar a designação que Marcelino de Castro sugeriu numa tocante e informada evocação do João David (*Tribuna da Madeira*, 24-08-2018, p. 20) –, os seus escritos versam sobre o quotidiano insular dos meados do século passado (ao qual emprestava, não raro, o seu testemunho), a tradição oral, particularismos linguísticos, vultos literários e respetivas obras, assim como representações do Arquipélago na

Literatura. Além de assinar numerosos prefácios de obras de autores e investigadores madeirenses, o João David debruçou-se sobre a escrita de Horácio Bento de Gouveia, de quem foi aluno e amigo (por ex., «Horácio Bento de Gouveia: Uma / A Voz da terra madeirense (Notas de leitura)», *Notícias da Madeira*, 01-01-1994; «Leitura(s) e intertexto na escrita narrativa de Horácio Bento de Gouveia» e «Acerca da Festa / do Natal nas crónicas de Horácio Bento de Gouveia», *Isleinha*, n.º 30, 2002, p. 7-15 e p. 137-143, respetivamente). Revisitou as suas memórias e identidade insular em «O imaginário do Funchal – notas pessoais para um oportuno testemunho» (*Margem 2*, 25, 2008, p. 11-21), «Evocação e testemunho: uma época e dois exemplos de formadores de jovens» (in *Diocese do Funchal: a primeira diocese global: História, Cultura e Espiritualidades*, 2015, vol. II, p. 607-615) e em «A condição de ilhéu – vivência, memória, testemunho» (in *A Condição*

*de Ilhéu*, 2017, p. 35-44). Dissertou, com um apurado sentido etnográfico, sobre «Festas, romarias e arraiais: ocorrências maiores na tradição madeirense» (in *Torres Veteras – VIII*, 2006, p. 157-167), e estudou «O descobrimento da Madeira em textos de poetas “insulares” (principalmente na *Insulana*, de Manuel Tomás, e na *Zargueida*, de Francisco de Paula Medina e Vasconcelos)» (in *Cultura Madeirense: Temas e Problemas*, 2008, p. 115-138). Todos esses aspetos informavam a sua ideia de madeirensidade, que desenvolveu na seguinte abordagem: «Cultura “madeirense”: implicações de um conceito (sistematização – roteiro para estudo)» (in *Que Saber(es) para o Século XXI? História, Cultura e Ciência na Madeira*, 2014, p. 297-339). De uma forma discreta, a partir de iniciativas editoriais localizadas na Madeira, publicou poemas, sob o nome literário de David Pinto Correia, designadamente *Este Branco Silêncio* (1991), *Onze mais Um Poemas e Lugares*

(2001), «Súbito, a Palavra» (em *Cadernos de Santiago I*, 2016), e o seu último trabalho, ainda inédito, cujo título prefigura a possibilidade da morte, «Fragmentos (talvez) pré-póstumos» (em *Cadernos de Santiago II*, em preparação).

Quem quiser rever o João David, poderá reencontrá-lo em dois vídeos disponíveis na internet: a entrevista que cedeu à jornalista Raquel Santos para o programa da RTP / Universidade Aberta, *Entre Nós*, de 11 de janeiro de 2007, em que aborda a obra *Peregrinação*, de F. Mendes Pinto ([https://arquivos.rtp.pt/cont\\_eudos/joao-david-pinto-correia/](https://arquivos.rtp.pt/cont_eudos/joao-david-pinto-correia/)), e o depoimento que deu para a promoção do projeto «Aprender Madeira – Dicionário Enciclopédico da Madeira», da APCA, na sua qualidade de coordenador da área Cultura e Tradições Populares (<https://vimeo.com/129463592>).

O João David permanece vivo nas memórias de que somos feitos. **Thierry**

**Pronça dos Santos**

### O “Meu-Primeiro-Reitor”

Maria Alzira Seixo, a 12 de maio deste ano, quando se preparava para falar no CCB sobre a obra de Fernão Mendes Pinto, considerou, na sua página do Facebook, que se devia a João David Pinto Correia “O MELHOR LIVRO que existe com a Peregrinação do Fernão e sobre ela, ao alcance de todas as bolsas e todos os tempos de leitura [...] Quem o tem chama-lhe seu, que é o meu caso. A NÃO ESQUECER, e... a obter se possível.” Bastariam estas palavras da reputada estudiosa para testemunhar o enorme contributo que o Professor Pinto Correia deu à cultura portuguesa. Podemos acrescentar, no entanto, outras facetas que o faziam um dos intelectuais mais respeitados no seu meio: o trabalho no campo da literatura oral e tradicional, a fundação do Centro de Tradições Populares Portuguesas na

UL, a coordenação da área das Tradições no projeto Aprender Madeira e o empenho contínuo na divulgação do saber e da arte, na melhoria do ensino superior e no desenvolvimento académico.

Consciente do impacto que a cultura e o saber têm na existência humana e de como a valorizam, deve-se ao Prof. Pinto Correia, como presidente da terceira Comissão Instaladora da UMA, o investimento num plano de desenvolvimento que marcaria a história da Universidade da Madeira e que levaria à elaboração dos seus Estatutos. Na sua presidência, os cursos diversificaram-se e procurou-se fixar na Região um grupo de estudiosos que garantisse a qualidade de ensino e de investigação essenciais à formação oferecida.

Foi como presidente da Comissão Instaladora, com funções de Reitor, que

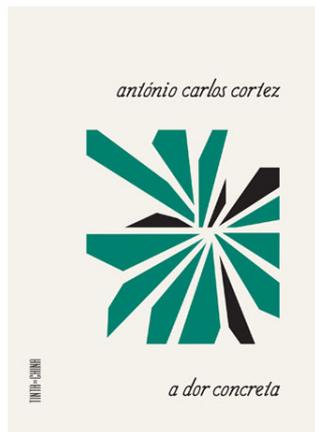
reencontrei na Madeira, em 1994, o professor que aprendera a respeitar na Faculdade de Letras de Lisboa. Recebeu-me com a delicadeza, o respeito e a alegria carinhosa que o caracterizavam. Queria muito, explicou-me, que me sentisse bem na UMA, que investisse, que continuasse a minha formação. Sabia que ser um estudioso é estar sempre pronto a desafiar-se. Acreditava nas pessoas, sentia afeto por elas e estimava-as genuinamente. Na última vez que falei com ele, mostrava no fundo do olhar o entusiasmo esperançoso que a vida académica, tão cheia, às vezes, de pequenas-grandes maldades, nunca apagou. Devia ser mérito das palavras da poesia, que amava. Ou do afeto pelos amigos, que sempre cultivou. **Luísa Antunes Paolinelli** [artigo publicado no *Diário de Notícias*, de 22 de Agosto de 2018]

## Grande Prémio de Poesia Teixeira de Pascoaes

António Carlos Cortez, investigador do CLEPUL, foi o vencedor do Grande Prémio de Poesia Teixeira de Pascoaes 2017. A atribuição do Prémio deveu-se, segundo o júri, à «solidez de um percurso que, evoluindo, se reconfigura em cada momento, caminhando para um depuramento crescente da linguagem poética».

O Grande Prémio de Poesia Teixeira de Pascoaes

destina-se a galardoar anualmente uma obra escrita em português por um autor nacional que seja publicada na íntegra e em primeira edição, assim como obras completas de poesia ou antologias poéticas de autor. A cerimónia pública de entrega do Grande Prémio de Poesia Teixeira de Pascoaes APE/C. M. de Amaranterá oportunamente anunciada.



## Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa na Antena 2

José Eduardo Franco e Carlos Fiolhais, directores das *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa* – <https://www.rtp.pt/play/p1299/e305956/a-ronda-da-noite>

Aida Lemos, responsável pela definição dos críté-

rios linguísticos das *Obras Pioneiras da Língua Portuguesa* – <https://www.rtp.pt/play/p1299/e341870/a-ronda-da-noite>

José António Souto Cabo sobre os *Primeiros Textos em Português* – <https://www.rtp.pt/play/p1299/e343271/a-ronda-da-noite>

[w.rtp.pt/play/p1299/e343271/a-ronda-da-noite](https://www.rtp.pt/play/p1299/e343271/a-ronda-da-noite)

Guilherme d'Oliveira Martins sobre *Os Primeiros escritos de economia* – <https://www.rtp.pt/play/p1299/e350349/a-ronda-da-noite>



### Adeus a Luís Amaro

Faleceu, em 24 de Agosto de 2018, Luís Amaro, cuja dívida intelectual e de amizade cala fundo em vários membros do CLEPUL, onde se prepara a edição da sua correspondência com nome tutelar do seu percurso, José Régio.

Nascido em Aljustrel, a 5 de Maio de 1923, raros são os intelectuais de língua portuguesa que não benefi-

ciaram da sua colaboração bibliográfica sempre generosa, mormente quando braço direito de sucessivos directores da revista *Colóquio-Letras*. Dispersos memorialísticos ou de anotação epistolar urgem recolecção.

O poeta de *Dádiva* (1949) e *Diário Íntimo* (1975) concentrou a lírica neste título, cuja 3.<sup>a</sup> edição (2011) de-

nuncia um trabalho constante de aperfeiçoamento, insatisfação reiterada nas missivas para os amigos. Alguns destes celebraram-no em *Para Lá da Névoa* (2003).

O seu espólio está à guarda da Biblioteca Nacional de Portugal, que dele fez mostra nos 90 anos de um Homem bom. **Ernesto Rodrigues**

### Revista *Letras Escreve* | Call for Articles

A Revista *Letras Escreve* convida a submeter trabalhos para os dossiês temáticos *Gil Vicente, 500 anos de Auto da Alma e Trilogia das Barcas* e *Literatura e Religião*, que irão compor o volume 8, número 2, da publicação eletrónica semestral dos cursos de Letras Português/Inglês e Português/Francês da Universidade Federal do Amapá (Macapá-AP), Qualis B2 (Linguística e Literatura). O prazo de envio dos trabalhos para os dossiês se dará até o dia 16 de setembro de 2018, através do endereço <https://periodicos.unifap.br/>

[index.php/letras/index](http://index.php/letras/index), com publicação prevista para novembro de 2018. A publicação recebe também, em fluxo contínuo, a submissão de resenha de livros (publicados nos últimos 5 anos), artigos e ensaios de temática livre que contemplem as áreas de Linguística, Linguística Aplicada, Estudos Literários, Crítica Literária, Teoria Literária, Tradução e Didática do Ensino de Línguas (Português, Inglês e Francês, principalmente).

Seguem as ementas dos dossiês:

**Gil Vicente, 500 anos de**

#### **Auto da Alma e Trilogia das Barcas**

Considerado nome central do teatro português, Gil Vicente (1465?-1536?) é autor de extensa e diversa produção teatral. Desenvolveu sua arte na corte portuguesa do século XVI com grandeza e eloquência no plano da criação e dinamismo nas ideias cénicas. Ao longo de quase 35 anos de atividade contínua, a obra vicentina pode ser demarcada em função dos reinados em que exerceu seu ofício (de D. Manuel I, 1495-1521, e de D. João III, 1521-1557),

tocando em temas e situações de cunho mais moral e religioso durante o primeiro período em que esteve também fortemente influenciado pelo mecenas de D. Leonor, a Rainha Velha, irmão de D. Manuel I; e encaminhando-se para temas mais cortesãos ou mais profanos no período seguinte, em que serviu a um jovem e cortês monarca, D. João III. De todo seu legado cénico, Gil Vicente nos deixou cerca de 5 dezenas de textos, reunidos na *Copilaçam de totalas obras de Gil Vicente*, publicada pela primeira vez em 1562, sob a responsabilidade do filho, Luís Vicente. No interior da *Copilaçam*, em seu primeiro livro, o de *Devoções*, quatro autos são aproximados no ordenamento dos textos: o *Auto da Alma* (1518), o *Auto da Barca do Inferno* (1517), o *Auto do Purgatório* (1518) e o *Auto da Barca da Glória* (1519). Estes autos de moralidade são aproximados pelos temas de que tratam: o peregrinar da alma pela terra em busca da «eterna glória» e seu julgamento final. A encenação do tema é acompanhada pela ex-

posição e crítica de distintas práticas religiosas e sociais, que são submetidas ao escrutínio de seu tempo. Completando 500 anos da representação dos quatro autos, entendemos que são atuais ou podem ser atualizados os temas, as práticas dramáticas, os recursos cénicos e as críticas que encenaram. Por isso, acreditando na força, vitalidade e atualidade desses textos, conclamamos todos que desejarem se juntar a nós nas comemorações dos 500 anos de *Alma, Inferno, Purgatório e Glória*, enviando suas contribuições para a Revista *Letras Escreve*, indicando desejo de participação no referido Dossiê.

Organizadores: Elizabeth Dias Martins (UFC); Márcio Ricardo Coelho Muniz (UFBA); Francisco Wellington Rodrigues Lima (UFC/IFCE); Marcos Paulo Torres Pereira (UNIFAP)

#### **Literatura e Religião**

Tal como a literatura, em suas feições escritas ou orais, a religião é um dos elementos primordiais da maioria das sociedades. Como tal, representações de religiosidade sempre

marcaram os textos literários. Escritores brasileiros como Machado de Assis, Jorge Amado e Adélia Prado marcam a representação do aspecto religioso em seus textos. Do mesmo modo, a literatura portuguesa é pautada por questões religiosas, desde seus primórdios, caso da obra de Gil Vicente, Luís de Camões, António Vieira, Eça de Queirós ou mesmo Fernando Pessoa. Abordagens sistemáticas sobre a relação entre o religioso e a literatura são recentes, tendo um aumento significativo de grupos e projetos de pesquisa que se debruçam sobre o assunto. A proposta deste Dossiê é reunir artigos que explorem representações do religioso na literatura, assim como as potencialidades literárias dos textos religiosos, focando as abordagens do sagrado, do sincretismo religioso, das religiosidades indígenas, da fé, do preconceito, da (in)tolerância religiosa, entre outras, na literatura.

Organizadores: Fernanda Santos (UNIFAP); Marcos Vinicius de Freitas Reis (UNIFAP); Marcos Paulo Torres Pereira (UNIFAP)

## Doutoramento de Rui Oliveira

No passado dia 2 de Julho, Rui Oliveira, investigador do CLEPUL, defendeu a tese de doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tendo sido aprovado com distinção e louvor.

O trabalho intitulado *Projeto «Portugal» e a relação Estado-Religião à luz da metáfora conjugal* surge como proposta modelar de interpretação, à luz da metáfora conjugal, das relações entre as duas instituições – o Estado/Monarca e a Religião/Igreja – na prossecução dos seus objetivos sociais e políticos em torno do projeto «Portugal».

Os documentos de investigação disponíveis permitem observar, nas relações institucionais, comportamentos de grande similitude, ou flagrantemente próximos, com os que se verificam no quadro das relações humanas de conjugalidade, pelo que o uso da metáfora conjugal se tornou um privilegiado e útil instrumento na análise dessas relações.

Partindo do âmbito das generalidades contextuais e tomando como fundo a evolução histórica, com seus aportes e ajustes, tanto as da realidade histórica como as que a metáfora oferecia, foi encetada e progredindo a investigação. As similitudes cotejadas e sua demonstração tiveram mais em conta os resultados finais de cada situação ou período do que propriamente as razões que estiveram na origem dos diversos comportamentos, porquanto também eles foram gerados por diversa motivação e foram de índole e natureza distinta.

Os primeiros indícios do projeto identitário do *País dos Portugueses* em que se veem envolvidos clérigos e nobres do Condado Portucalense transmitem uma atmosfera de cumplidades de afetos que só encontram paralelo no aflorar dos primeiros ardores do enamoramento humano. A conjugação dos esforços levou à concretização de uma aliança

de vidas em que foi posto em comum tudo o que era das partes (bens materiais e espirituais) para a prossecução do único objetivo: a construção de um País como uma *união conjugal monogâmica*, entre a Religião (Igreja católica) e o Estado. A partir de então, numa sucessão de bons e de maus momentos, como sucede em qualquer união conjugal, houve situações de alguma fricção, houve amuos, houve reconciliações e também houve muito desgaste que, um dia, ditou uma rutura com separação e divórcio.

Posteriormente, deu-se a reaproximação e estabeleceu-se uma relação diferente, comparável à *união de facto* entre pares humanos mas com separação de bens, projetos diferenciados para o País, embora já numa condição de poligamia em tempos que são de convivência confessional diversificada, pois são várias, atualmente, as confissões religiosas professadas pelos Portugueses.

## A FLUL foi a casa de escritores de palmo e meio durante uma semana

É a meio de uma oficina de expressão dramática que vamos encontrar um grupo de doze crianças, entre os sete e os catorze anos, a ensaiar um texto.

Entre canetas, textos para declamar, encenar e cantar, um grupo de cinco rapazes treina, nos últimos minutos que restam, a declamação de um texto que vai apresentar aos colegas no auditório. O ator Júlio Martin é o professor de serviço e alerta que «tudo tem de estar pronto dentro de três minutos para a apresentação final».

Estes doze jovens, entre os sete e os catorze anos, fazem parte de um grupo de vinte que, durante uma semana, escolheram a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para passar umas férias diferentes.

Estão nas Férias Literárias – Academia de Pequenos e Jovens Escritores, uma iniciativa organizada pelo Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (CLEPUL), que decorreu na FLUL entre 23 a 27 de Julho. Cinco dias preenchidos com diversas atividades que in-

cluíram sessões com escritores, oficinas de expressão dramática e ilustração, assim como visitas de estudo a locais onde a escrita e a edição têm lugar de destaque. A Torre do Tombo, a Imprensa Nacional – Casa da Moeda e o Palácio Nacional de Mafra foram apenas alguns dos espaços que fizeram parte dos caminhos literários trilhados por estas crianças.

Os grandes objetivos das Férias Literárias estão bem definidos: «estudar, promover e divulgar os escritores e a leitura, muitas vezes uma realidade coberta de mistério para estas crianças, sem esquecer a parte lúdica, igualmente essencial no seu crescimento, ainda mais nesta altura de férias», explica o Professor Doutor José Eduardo Franco, Diretor-Adjunto do CLEPUL.

Para pôr as Férias Literárias a funcionar foram vários os investigadores do CLEPUL que abraçaram a iniciativa. «Um desafio que lhes lancei e que aceitaram desde logo, também porque é importante abrir a FLUL às novas gerações e,

quem sabe, não saem daqui futuros escritores», suablinha o Professor Doutor José Eduardo Franco.

### **Ler, escrever e descobrir mais sobre o mundo dos livros**

Muitos destes jovens já têm hábitos de leitura. Mas as Férias Literárias servem, também, para despertar esse interesse, uma vez que «muitos pais e encarregados de educação viram aqui uma oportunidade para alertá-los para a importância da leitura e da escrita», conta a investigadora do CLEPUL Rita Balsa Pinho, uma das coordenadoras pedagógicas da atividade.

Para que essa aprendizagem fosse mais prática e evolutiva, os participantes foram divididos em quatro grupos: um grupo para as crianças com sete anos, outro entre os oito e os nove anos, o terceiro grupo tinha idades compreendidas entre os dez e os doze anos e, o último, com seis elementos, tinham entre treze e catorze anos. O Francisco tem nove anos e já não lhe restam dúvidas: «o que mais gostei foi de falar

com os escritores e de escrever uma história, porque eu gosto muito de ler banda desenhada. E também gostei de ir à Casa da Moeda e perceber como se fazem os livros». Também o Duarte, com nove anos, diz que a atividade que mais gostou foi «ir à Imprensa Nacional e ver como se faz um livro». A Marta, com sete anos, é uma das mais novas do grupo e preferiu ver e descobrir mais sobre os livros «já feitos, por isso gostei de ir à Torre do Tombo, porque vi muitos

livros que eu nem sabia que existiam».

A descoberta é uma das palavras-chave para definir as Férias Literárias. «Procurámos que durante esta semana fosse criado um percurso específico, que arrancou com a produção escrita com os escritores Alexandre Honrado e Miguel Real, e que depois esses textos pudessem ser, também, trabalhados na oficina de expressão dramática e na oficina de ilustração, com as ilustradoras Rafaela Rodrigues e An-

dreia Moutinho», explica a investigadora do CLEPUL Rita Balsa Pinho.

A primeira edição das Férias Literárias terminou, mas os pequenos e jovens escritores não vão escrever a palavra «fim» nas histórias que produziram. «Para o ano vamos voltar», dizem em coro! **Tiago Artilheiro (FLUL-DRE, Núcleo de Imagem, Comunicação e Relações Externas)** [Reportagem publicada no site da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa]

### **III Simpósio Internacional História, Cultura e Relações de Poder: Revoluções no Mundo Lusófono: Rupturas e Permanências**

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 29 e 30 de Abril de 2019

A terceira edição do Simpósio Internacional História Cultura e Relações de Poder, que terá como tema «Revoluções no Mundo Lusófono: Rupturas e Permanências» ocorrerá nos dias 29 e 30 de abril de 2019 na Universidade de Lisboa, mês em que se comemoram os 45 anos da Revolução dos Cravos. Com o tema «Revoluções no Mundo Lusófono: Rupturas e Permanências», a terceira edição pretende reunir pesquisadores das

mais diversas instituições e países que desenvolvam trabalhos nas áreas de História, Literatura, Política, Relações Internacionais, Sociologia, Economia, Filosofia, Cultura e Artes em geral. O objetivo é discutir acerca dos processos políticos, sociais, artísticos, económicos e intelectuais, etc., ocorridos nos países lusófonos. Serão bem-vindas pesquisas que, dentro de uma perspectiva comparatista histórica interna e/ou transnacional,

abordem as ideias de rupturas e permanências ocorridas nestes processos, assim como a influência mútua das relações e processos históricos, tanto no período colonial quanto no período pós-independência, entre os países que hoje integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

#### **Eixos Temáticos:**

Revolução e Revoluções: os 45 anos da Revolução dos Cravos, re-visão e relações transnacionais; Literatura, História e Me-

mória;  
As Revoluções e as Relações Internacionais;  
Arte e Cultura no Mundo Lusófono: entre revoluções e as relações além-mar;  
A produção literária no mundo lusófono: diálogos e perspectivas transnacionais;  
As mulheres e as Revoluções no mundo lusófono;  
Os intelectuais: debate e produção intelectual no mundo lusófono;  
Migrações: pessoas, culturas e ideias no mundo lusófono;  
Rupturas e permanências: re-visões sobre as revoluções no mundo lusófono;  
Panorama político: o mundo lusófono ontem e hoje.

#### **Histórico:**

O Simpósio História, Cultura e Relações de Poder se configurou, inicialmente, como resultado do projeto de pesquisa História, Literatura e Relações de Poder, coordenado pelo Professor Doutor Rodrigo Santos de Oliveira, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), em parceria com o Grupo de Pesquisa Vozes Femininas e Escritas de Si (FURG/CNPq), coordenado pela Professora

Doutora Michelle Vasconcelos. A primeira edição do «Simpósio Internacional História Cultura e Relações de Poder» teve como tema «História, Feminismos e Estudos de Gênero» e ocorreu entre os dias 21 e 23 de setembro de 2016, nas dependências da Universidade Federal do Rio Grande. Contou com palestrantes de diversas instituições do país e do exterior e com aproximadamente 350 participantes – entre ouvintes, apresentadores de Simpósios de Iniciação Científica e Simpósios Temáticos e oficinas. Na ocasião da primeira edição, participou como parceira do projeto a Universidade Presbiteriana Mackenzie, através do Professor Doutor Paulo Roberto de Araújo e com a Universidade Nova de Lisboa e Universidade de Lisboa (CICS.NOVA-CLEPUL/UL), através da Pesquisadora Doutora Isabel Maria da Cruz Lousada. Ambos foram conferencistas do evento.

A segunda edição do Simpósio Internacional História, Cultura e Relações de Poder teve como temática «História, Cultura e Polí-

tica no Mundo Lusófono», visando estabelecer e aprofundar o debate em torno de questões significativas para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa nas Ciências Humanas e Letras vinculados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no âmbito da história, cultura e política. A segunda edição teve por objetivo abrir o espaço acadêmico para a compreensão das diversas sociedades que compõe a CPLP e de suas relações em diversos níveis, congregando pesquisadores e intelectuais de várias instituições do Brasil e do mundo lusófono que estudam essa temática.

A edição também prestou homenagem à escritora, jornalista e feminista portuguesa Maria Teresa Horta – um dos ícones femininos e feministas da luta contra a ditadura portuguesa e da defesa pela democracia – pelo conjunto de sua obra e militância. Teresa Horta, que completou 80 anos em 2017, conta com uma vasta produção literária e jornalística, considerada o principal nome da literatura de autoria feminina contemporânea em

Portugal, conhecida e pesquisada em vários países da Comunidade Lusófona, influenciando gerações de escritores e pesquisadores. Como resultado da abrangência da primeira edição, foram estabelecidas também parcerias com a Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com os Professores Doutor Marçal de Menezes Paredes, Doutor Luís Passos Martins e Doutor Leandro Pereira Gonçalves; com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESP), através do Professor Doutor Fabio Mario da Silva e com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA), pela Pesquisadora Doutora Isabel Maria da Cruz Lousada, além de contar com apoio financeiro da CA-PES.

**Publicação:**

Os textos apresentados serão objeto de seleção (em *double blind peer review*) para volume(s) temático(s); os textos selecionados serão, posteriormente, publicados em forma de *ebook* no site LusoSofia

<http://www.lusosofia.net/> e pela Editora LiberArs no Brasil.

O processo de publicação demora cerca de dois anos, a partir da data do envio dos artigos pelos seus autores.

Ao final do Congresso serão enviadas as normas redacionais.

**Pagamento da taxa de inscrição:**

Até 31 de dezembro de 2018 – data limite para submissão dos resumos – o valor da inscrição é de 90 €. Após essa data, o valor é de 120 €. Enviar resumo entre 150 e 250 palavras, contendo Eixo temático, Título da proposta, autor(es) e e-mail para [IIIsimposioculturaepoder@gmail.com](mailto:IIIsimposioculturaepoder@gmail.com) (o resumo deverá estar em formato Word ou PDF). As línguas do congresso são português e espanhol.

A Comissão Científica fará uma seleção das propostas e comunicará a sua decisão de aceitação ou recusa, que será comunicada por email até 30 de janeiro de 2019.

As alocações não deverão exceder 20 minutos, mesmo com dois oradores. Participantes sem comunicação que precisam de

um certificado de presença: 20 €. Para o público em geral, sem necessidade de certificado de presença, a entrada é livre.

No valor da inscrição estão incluídos o material do Congresso e o certificado de participação.

**Comissão Organizadora:** Rodrigo Santos de Oliveira; José Eduardo Franco; Isabel Maria da Cruz Lousada; Marçal de Menezes Paredes; Michelle Vasconcelos Oliveira do Nascimento; Fabio Mario da Silva

**Comissão Científica:** Alberto da Silva; Alda Lentina (Darlana University); Aldinida Medeiros (UEPA); Algemira Mendes (UESPI); Amanda Motta Castro (FURG); André Sebastião Damasceno Corrêa de Sá (University of California, Santa Barbara); Annabela Rita (CLEPUL-FLUL); António da Costa Pinto (ICS/UL); Christina Ramalho (UFS); Cristiana Lucas (CLEPUL-FLUL); Dionísio Vila Maior (UAb/CLPEUL-FLUL); Edson Santos Silva (Universidade Estadual do Centro-Oeste); Fernanda Santos (UNIFAP/CLEPUL); Francisco

das Neves Alves (FURG); Fransmar Costa Lima (Univ. Mackenzie); Iara Barroca (Univ. Federal de Viçosa); João Relvão Caetano (UAB/CLEPUL-FLUL); Leandro Pereira Gonçalves (UFJF); Luísa Cristina dos Santos Fontes (Universidade Estadual de Ponta Grossa); Marcia Jardim Rodrigues (UNIFAP/CLEPUL); Marcelino Alves Junior (UEAP/CLEPUL); Marcio Caetano (FURG); Maria

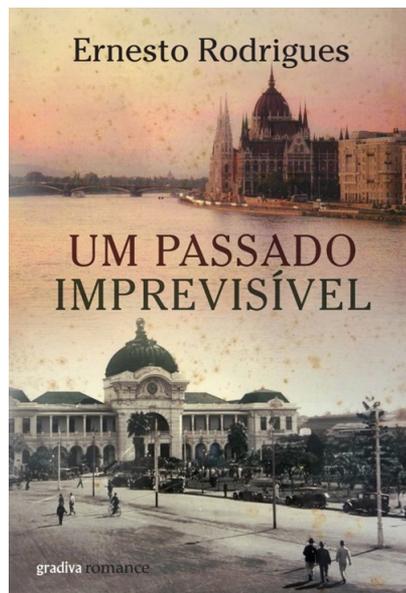
Cristina Pais Simon (Sorbonne Université - CRIPAL); Maria Araujo da Silva (Sorbonne Université - CRIMIC); Maria Lúcia Dal Farra (UFS); Marlise Vaz Bridi (Mackenzie - USP); Marly Catarina Soares (Universidade Estadual de Ponta Grossa); Odilon Caldeira Neto (UPE); Paulo Roberto Monteiro de Araújo (Mackenzie); Rita de Cássia Fraga Machado (UEA)



**Ernesto Rodrigues, *Um Passado Imprevisível*, Lisboa, Gradiva, 2018.  
ISBN: 978-989-616-841-4**

Regressado a Budapeste e ao convívio com um velho professor universitário, vê-se o herói em busca do passado – imprevisível. O que sabemos da vida que julgamos ter vivido, se nem sempre assistimos às consequências dos nossos actos? Conhecemos quem está ao nosso lado? Não será cada passo condicionado por outrem? Sujeito renascendo entre dois mundos – Hungria e Moçambique –, cujas feridas saram em encontros felizes, são também os perigos de hoje (violência, arbítrio, tráfico de crian-

ças...) crua e subtilmente desvelados, nesta terra de verdade que é a ficção. Memória de tempos, personagens e lugares sobre o Danúbio do antigo leitor de Português na Universidade de Budapeste (1981-1986) – quando aí vicejava um doce «sono comunista» procurando diluir os acontecimentos trágicos de 1956 – e visitante de Maputo, edita-se *Um Passado Imprevisível* após *Uma Bondade Perfeita*, Prémio PEN Clube Português – Novelística, em 2017.



**Carlos Nogueira, *São Feitas de Palavras as Palavras. Ensaios de Literatura Portuguesa*, Porto, Edições Lusitânia, 2017. ISBN: 978-989-8743-05-3**

«No poema “Tudo o que te disser”, incluído no livro *Nenhuma Palavra e Nenhuma Lembrança* (1999), de Manuel António Pina, lê-se: “São feitas de palavras as palavras / e da melancolia da ausência da / ausência da prosa e da ausência da poesia.! / É o que falta que fala / do lugar do exílio / do sentido e da falta de sentido” (Pina, 1999: 50). Estes versos, ao mesmo tempo tão diretos e tão polissémicos, enquadram bem os desafios que me proponho enfrentar em cada um dos ensaios reunidos neste livro, e o primeiro verso, que escolhi para título desta compilação, é, neste aspeto, memorável pela eufonia e pela sugestividade. Do que se trata neste volume é de ler textos literários, de investigar a pluralidade dos seus códigos, a multiplicidade e a infinitude dos seus significantes e das suas relações de significado. Falo de palavras com palavras, que, contudo, “são apenas seres deste mundo” (Pina, 1999: 10), segundo outro verso do mesmo poeta, no

mesmo livro, que aborda os mistérios e os problemas da vida e das palavras com vida e com palavras. “As palavras não chegam” (Pina, 1999: 10), escreve ainda Manuel António Pina, “E, no entanto, é à sua volta / que se articula, balbuciante,! o enigma do mundo” (Pina, 1999: 10). Nem as palavras são suficientes para dizer o mundo, nem nenhum ensaio literário é capaz de falar satisfatoriamente sobre um poema, um romance, um texto literário. Os escritores persistem, ainda assim, e os críticos literários não perseveram menos. Nem uns nem outros desistem de procurar o texto perfeito, a obra acabada, as palavras que os salvem e salvem o mundo, e essa tem sido também a minha atitude. A cada texto, a cada livro, antes e durante o processo que conduz à conclusão e à publicação, é grande a vontade de escrever o ensaio que explique a obra e me explique e redima (regenere, pacifique, salve) a mim e ao essencial do que me rodeia. No

final, a angústia do muito ou do tudo que fica por dizer impõe-se, mas logo um novo desejo suplanta provisoriamente essa sensação de perda: o de reescrever ou iniciar a escrita de outro ensaio sobre outro autor e outra obra.

As obras estudadas nos vinte ensaios aqui coligidos, publicados em revistas científicas entre 2012 e 2017, beneficiam já, regra geral, de um reconhecimento da história e da crítica literárias, que lhes atribuem valor literário e sociocultural; mas há autores e textos cuja importância, embora não negada pela generalidade da crítica, não está ainda suficientemente esclarecida. As minhas propostas de leitura visam contribuir para o esclarecimento de alguns aspetos mais polémicos ou menos estudados dessas obras e desses escritores.

Este livro reflete o meu percurso de ensino e investigação, iniciado formalmente em 1993, e, portanto, beneficia do muito que aprendi e vivi ao longo de praticamente trinta anos. Acres-

cento à contabilidade oficial os cerca de cinco anos em que, antes de iniciar a licenciatura na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, publiquei crítica literária em jornais. Fui estudante de literatura, no ensino secundário, num tempo (finais dos anos 80) em que muitos professores ainda punham em prática nas aulas os excessos do estruturalismo, ou os excessos do estruturalismo combinados com os excessos do biografismo. Chegado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 1989, pude rapidamente confirmar os métodos inovadores do meu professor do 12.º ano, que, para além do entusiasmo com que ensinava literatura, recorria a processos de ensino-aprendizagem que eram de partilha e síntese entre a abordagem técnica do texto e o método exegético e avaliativo. Nas várias disciplinas de literatura da Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas da Faculdade de Letras do Porto, variante de Estudos Portugueses, recebi o influxo de um ensino ao qual podemos chamar dialógico (até porque,

de facto, M. Bakhtin era um nome de referência): um ensino da literatura que pretendia familiarizar os alunos com os conteúdos estéticos e ideológicos do texto, mas que não ignorava, até certo ponto, as motivações pré-textuais, a história, a sociedade, a cultura; e um ensino que, em última análise, queria ser uma atividade apta a preparar cidadãos e profissionais capazes de ver na literatura e no seu estudo uma interminável rede de diálogos cujo propósito é discutir o sentido de tudo. É esta a minha visão da literatura, do seu ensino e da crítica literária como entidade da cultura e como disciplina que tem como objetivo a compreensão e a valorização de textos literários. Consciente das muitas dificuldades que o ensino da literatura coloca, nunca desisti da atividade docente, que sempre exerci com entusiasmo; e também nunca abdiquei de estudar literatura, talvez porque me revi sempre nestas palavras de Jacinto Prado Coelho, que nunca deixou de dizer e de provar que os estudos humanísticos nunca foram socialmente

irresponsáveis (sem com isto estar a defender uma prática tradicional, impressionista e moralizante de literatura e de crítica literária): “Não há, suponho, disciplina mais formativa que a do ‘ensino’ da literatura [...]. Saber idiomático, experiência prática e vital, sensibilidade, gosto, capacidade de ver, fantasia, espírito crítico – a tudo isto faz apelo a obra literária, tudo isto o seu estudo mobiliza” (Coelho, 1976: 45-46). Também eu reconheço à literatura e aos estudos literários um lugar central na História e na evolução do ser humano e da sociedade, e este livro, dividido em duas secções (“Poesia” e “Ficção”), é o reflexo disso mesmo; reflexo, também, de obras teóricas que, independentemente dos seus princípios de base (mais biografistas, psicologistas ou socioculturais, mais formalistas e estruturalistas, mais de estilística e retórica, etc., ou mais de síntese entre as várias orientações), têm sido decisivas para a constituição da crítica literária moderna e do seu propósito de determinação, na medida do possível, dos

sentidos e valores de um texto literário ou de um sistema de obras literárias. De toda essa teoria e prática críticas é devedora a minha atividade de crítico literário seduzido pela natureza verbal da literatura e pelo que nela é imagem e (re)construção do humano, das suas ideias, dos seus valores e das suas ações.

[...]

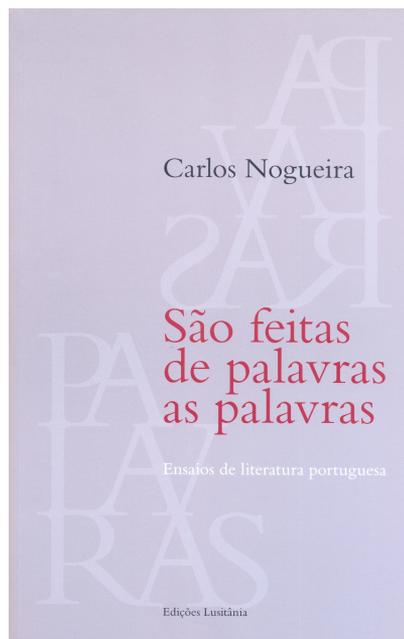
Os autores e as obras objeto de estudo nos ensaios deste volume parecem querer contrariar uma das limitações da linguagem, tantas vezes notada por escritores, pensadores, críticos literários e teóricos de diversas áreas: a incapacidade da linguagem verbal (e da literatura) para dizer o real.

[...]

Conscientes da instabilidade da palavra, do sentido e da memória, todos os autores que estudo nestes ensaios desejam contrariar em parte o desaparecimento do sujeito e da força das palavras de que nos fala Benjamin. Com isto não pretendo dizer que estes poetas e estes prosadores querem isolar e fixar os sentidos dos seus textos, e sobrepor a sua imagem à sua obra. O que me parece que eles con-

seguem fazer com grande sucesso é, antes, atenuar a perda da experiência comum de cada leitor, e isto sem pôr em causa o trabalho constante de interpretação e decifração desses leitores. Para isso, recorrendo a processos que procurarei explicitar caso a caso, estes autores tornam-se reconhecíveis como voz nas obras que seleccionei, e desse modo adquirem “aura” (Benjamin) enquanto escritores. É essa “aura” que me convidei, enquanto leitor e crítico, a aproximar-me dessas vozes em busca desse tal discurso originário e verdadeiro que, sendo inexistente, é a utopia que nos traz a esperança de conhecermos a verdade, ou pelo menos algumas pequenas verdades que nos redimam provisoriamente. Escrevemos para preencher vazios, indecisões, medos, desconhecimentos, para suprir o muito que nos falta. É na experiência dessa falta que a palavra literária nasce, mas a nova palavra logo é perturbada pela carência que a origina, e por isso uma nova palavra ocupa o lugar da anterior. Este processo não tem fim, nem na literatura, nem na crítica

literária. Nem uma nem a outra nos dão a plenitude que buscamos. Em vez disso, põem-nos perante os motivos, os desejos, os sentidos e os mistérios da nossa vida individual e social. Muitas das ausências que me afetam, mas também algumas das expressões triunfantes do que eu entendo que é e deve ser o universo do humano, encontram-se nos ensaios deste livro, que é a utopia de um outro livro que eu não soube escrever.» **Carlos Nogueira** [Introdução]



**Moizeis Sobreira, Fabio Mario da Silva e Ezilda Maciel da Silva  
(organização), *Narrativas de Mulheres em Língua Portuguesa*, Lisboa,  
Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, 2018.  
ISBN: 978-989-8916-00-6 [ebook]**

«No âmbito da cultura escrita, consagrou-se, durante muito tempo, a imagem da mulher ocupando o *locus* leitora, sendo representada, de modo geral, na posição de um agente passivo, isto é, como receptor da produção daqueles que, no campo intelectual, estavam autorizados a atuar como agentes ativos. Na produção literária, nomeadamente em romances oitocentistas, há inúmeros exemplos de personagens femininas representadas como leitoras, muitas das quais frívolas, ou quando muito, existencialmente enfiadas, derivação da qual Emma Bovary é um modelo. Ainda nesse universo romanescos, encontram-se as frequentes interpelações dos narradores às leitoras, num gesto que reforça esse lugar. Não se pode esquecer também do *locus* musa, outra imagem indissocia-

velmente ligada ao feminino na cultura ocidental. Como ocorre com o *locus* leitora, o *locus* musa é certamente sintomático de uma participação limitada no âmbito da escrita. Por isso, não se pode deixar de pensar numa correlação desproporcional, em que as mulheres foram sub-representadas enquanto agentes investidos de voz e autoridade intelectual para contar, narrar e dizer, consagrando assim relações de poder nas quais elas apreciavam – ainda costumam aparecer – em posição hierárquica inferior e minorada.

Falar de narrativas de mulheres em obras provenientes dos países falantes da língua portuguesa é, ainda hoje, esbarrar em problemáticas de reconhecimento crítico e histórico. Por isso, Chararina Edfeldt já observara a negligência detectada no tratamento

científico-literário quanto à autoria feminina portuguesa, que acontece por razões políticas e não necessariamente estéticas<sup>1</sup>. A investigadora lembra-nos de que o *Código Civil* da época da instauração da Primeira República Portuguesa afirma que se uma mulher quisesse publicar um livro deveria pedir autorização ao seu marido: “Em geral, as escritoras da Primeira República e a sua literatura não entram na narrativa principal das histórias, caso sejam incluídas; são constituídas como um grupo à parte, por serem mulheres”<sup>2</sup>. Edfeldt observa que o espaço físico dado às escritoras, as páginas que lhes são dedicadas nas histórias da literatura portuguesa, são ínfimos: na *História da Literatura Portuguesa* por Lopes e Saraiva, é de 8%; no *Dicionário da Literatura Portuguesa* de Álvaro

<sup>1</sup> Cf. Chararina Edfeldt, *Uma história na história – representações da autoria feminina na História da literatura portuguesa do século XX*, Montijo, Câmara Municipal do Montijo, 2006, p. 103.

<sup>2</sup> *Ibidem*, p. 118.

Manuel Machado, é de 7%; no *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, varia, consoante os volumes, entre 8% e 21%; no *Dicionário de Literatura Portuguesa, Brasileira e Galega*, organizado por Jacinto do Prado Coelho, a representação escasseia, chegando a seguinte conclusão: “Em geral, a autoria feminina, caso seja incluída, encontrá-la-emos resumida num capítulo próprio e breve, começando por afirmações que destacam a autoridade dessa mesma autoria em relação aos temas e autores tratados no contexto geral das obras historiográfico-literárias. Nas suas representações manifesta-se, também, o padrão de negligência que continua a acompanhar a autoria feminina da primeira metade do século XX até hoje.”<sup>3</sup> A investigadora nota também que a carga simbólica do fato de uma autora ser primeiramente entendida como *mulher* para só em seguida ser entendida como

*escritora* – interpretação feita por grande parte dos historiadores portugueses da literatura – acentua os preconceitos sexuais que se refletem em discursos deveras pejorativos nas representações que se fazem das escritoras portuguesas. Mais uma vez, os estereótipos em torno do feminino predominam. Não é à toa que Georges Duby e Michelle Perrot nos lembram que “as mulheres são representadas antes de serem descritas ou narradas, muito antes de terem elas próprias a palavra”<sup>4</sup>. Isto tem consequências drásticas na construção dos estereótipos de gênero (feminino) que influem na apreciação das obras literárias das mesmas: mesmo antes de se conhecer a obra da escritora, os críticos, e até elas próprias, assumem o seu papel feminino, menosprezando implicitamente a sua escrita. Tais signos arquetípicos e culturalmente desenvolvidos, ajudam a manter um cânone masculinizado na li-

teratura portuguesa, através de modelos de perfis *femininos e masculinos*.

De certa forma, isto vem justificar o total silêncio sobre as problemáticas do cânone e das suas implicações no que se refere ao discurso de autoras portuguesas. As instituições perpetuam a imagem feminina sob o signo do desprestígio, algo que Bourdieu também já havia notado: “Por fim a escola, ainda quando se emancipa do ascendente da Igreja, continua a transmitir os pressupostos da representação patriarcal (baseada na homologia entre a relação homem/mulher e a relação adulto/criança) e sobretudo, talvez, os que estão inscritos nas suas próprias estruturas hierárquicas, sempre sexualmente conotadas, entre as diferentes escolas ou diferentes faculdades, entre as disciplinas, [...] entre as especialidades, quer dizer entre maneiras de ser e maneiras de ver, de se ver a si próprio [...] o que contribui para fazer

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 75.

<sup>4</sup> Georges Duby e Michelle Perrot, «Escrever a História das Mulheres», in Georges Duby, Michelle Perro e Pauline Schmitt (eds.), *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 1 (*A Antiguidade*), Porto, Afrontamento, 1993, p. 8.

<sup>5</sup> Pierre Bourdieu, *A dominação masculina* (trad. de Miguel Serras Pereira), Oeiras, Celta,

não só destinos sociais mas também a intimidade das imagens de si próprio.<sup>5</sup>

Isto significa, na análise do sociólogo francês, que a instituição erudita que transmite, ao longo dos séculos, modos e modelos de pensamentos arcaicos se torna não só um discurso oficial, mas também ideológico, o qual promove o «segundo sexo» (feminino), retomando aqui uma expressão de Simone de Beauvoir, à categoria de *ingênuo* e até mesmo de *imbecil* na sua maneira de pensar e de estar<sup>6</sup>.

Por fim, lembremo-nos de que não só a literatura produzida por mulheres em língua portuguesa passou por esse desprestígio, como as poucas mulheres que se arriscaram a escrever em séculos mais remotos enfrentaram, e ainda enfrentam, muitos problemas de reconhecimento. Não é à toa que, numa análise ouvida, Plutarco reflete sobre as qualidades dos trabalhos artísticos entre homens e mulheres, em plena Grécia sob o domínio romano,

e chega à seguinte conclusão: “Não é, decerto, possível apreender melhor a similaridade e a diferença entre a virtude feminina e a masculina de um outro modo que não seja através do confronto de vidas com vidas, feitos com feitos, como se faz com as grandes obras [...]. De facto, as virtudes adquirem certas diferenças, graças à sua natureza, como se se tratasse de um cromatismo próprio, e assumem semelhanças por via dos costumes em que se radicam, do temperamento das pessoas, da sua criação e modo de vida.”<sup>7</sup>

O autor grego revela uma interessante e viável análise no que se refere à comparação entre os gêneros. Entendemos que, quando ele se refere à *natureza* das virtudes, se centra na concepção que temos hoje, ao confrontar as realidades masculinas e femininas: tentar obter a essência da produção artística dos escritores e escritoras tendo em vista os seus costumes (ou seja, o modo de

vida social e psicológico) é levar em consideração o contexto histórico e as ideologias (virtudes) específicos de cada época. Partindo desse pressuposto, Plutarco assume que os «feitos masculinos», aqueles referentes às guerras, às políticas e à exposição social, elevariam com notoriedade essas obras, o que não aconteceriam com os «feitos femininos», circunscritos, em sua maioria, ao sistema privado e íntimo.

Os textos que aqui apresentamos versam sobre várias temáticas. No artigo *História e memória: a escrita resgate de Ana Cristina Silva em A dama negra da Ilha dos Escravos*, Aldina Medeiros discute os limites ficcionais do romance histórico contemporâneo, mostrando como esse gênero é capaz de conferir espaço para vozes que foram silenciadas durante o processo de construção da história oficial. Em *O imaginário vegetal e precioso em Enganos do Bosque, Desenganos do Rio de Só-*

1999, p. 75.

<sup>6</sup> Cf. *ibidem*, p. 75.

<sup>7</sup> Plutarco, *A coragem das mulheres* (ed. Maria do Céu Fialho e Paula Dias Barata), Coimbra, Minerva, 2001, p. 15.

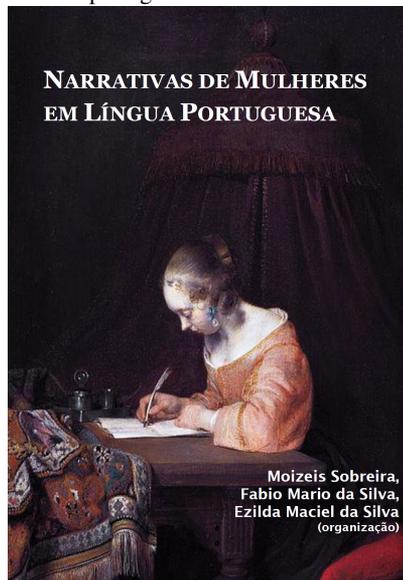
*ror Maria do Céu: uma estética do deslumbramento*, Anabela Galhardo Couto analisa o conceito de literatura didático-recreativa na obra de Sórora Maria do Céu. Ana Luísa Vilela, partindo de suas inquietações pessoais a respeito das obras de J. K. Rowling e Augustina Bessa-Luís, faz uma análise comparativa das figuras autorais associadas a cada uma delas no artigo *Agustina e o Fantasma de Harry Potter*. Cinda Gonda discorre sobre como o romance *Retrato d'um amigo enquanto falado*, de Eduarda Dionísio, tendo como foco a sociedade portuguesa dos períodos anterior e posterior à Revolução de 25 de Abril. No artigo *Ondina Ferreira e o romance de autoria feminina entre a década de 30 e começo da década de 40*, Giulia Manera, por meio de *Outros dias virão*, de Ondina Ferreira, discorre sobre o apagamento das mulheres na historiografia literária. Embora tenha produzido, tenha sido lida e comentada pelos seus contemporâneos, Ondina Ferreira, como muitas escritoras de sua época, não teve lugar

no cânone oficial, como destaca Manera.

No artigo intitulado *Emelina, a louca de Ventos do Apocalipse*, Ianá Souza Pereira analisa o comportamento ambíguo da personagem Emelina, considerada louca por não se ajustar às regras morais e sociais de sua aldeia. No decorrer do artigo, ela observa como o desajuste da personagem é decorrente de sua situação de vulnerabilidade, provocada principalmente pela Guerra. Moizeis Sobreira problematiza o modo como Sórora Maria do Céu é mencionada pela historiografia literária questionando esse lugar por meio da análise de *Preciosa*, ele aponta que, para além do aspecto recreativo e didático sublinhado na produção de Sórora Maria do Céu, há um trabalho estético que escapa às categorias barrocas e já anuncia estruturas do romance português oitocentista.

Em *Uma Ana pouco plácida e seu destino crítico*, Paulo Motta Oliveira analisa o apagamento de Ana Plácido, mostrando como a bibliografia sobre a autora continua pequena, esparsa

e de difícil acesso. Ele atribui esse esquecimento principalmente às estratégias narrativas de Camilo Castelo Branco, para quem, a princípio, era vantajoso dar visibilidade para a obra de Ana Plácido, a fim de promover a divulgação da sua, mas quando a carreira do autor já estava consolidada, o apoio às obras dela se tornou escasso, o que contribuiu para o seu apagamento na historiografia literária portuguesa.



Rhea Silvia Willmer, em *Sororidade em Novas Cartas Portuguesas: entre a literatura e o feminismo*,

aponta a dimensão política e feminista de *Novas Cartas Portuguesas*, escritas por Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa. Por meio de uma literatura que denuncia diferentes violências contra a mulher, as autoras reafirmam o conceito de sororidade, fazendo com que essa obra seja tomada como um manifesto feminista, salienta Willmer. Em *Aspetos de uma paixão*

*avassaladora: uma leitura de O Revólver da Paixão*, Fabio Mario da Silva analisa o conto *O Revólver da Paixão*, de Nélida Piñon, sublinhando com a autora se vale da técnica epistolar para construir uma narrativa (curta) carregada por erotismo.

A prestigiada escritora e professora Maria Lúcia Dal Farra evoca seus escritos poéticos “Narrativa de si” para demons-

trar como sua inscrição e compreensão do mundo se desdobram-se em sua escrita. Por fim, Isa Severino analisa o *Diário* de Florbela Espanca procurando observar a representação fragmentária dum *eu* que, em (des)construção, estabelece ligações com a poesia da autora. **Moizeis Sobreira, Fabio Mario da Silva e Ezilda Maciel da Silva [Introdução]**

**Annabela Rita, *Novas Breves & Longas no País das Maravilhas*, Lisboa, Theya Editores, 2018. ISBN: 978-989-8916-03-7 [ebook]**

«Um novo livro de Annabela Rita não é novidade: a sua contribuição, como professora e ensaísta, para o estudo da literatura portuguesa contemporânea tem sido imensa e a originalidade e singularidade das suas propostas na análise dos grandes temas, correntes e autores, igualmente imensas. A novidade residirá ser este o seu primeiro livro pessoal em formato digital, formato que se adequa em perfeição a caleidoscópio de reflexões que Annabela Rita colecionou para *Mais Breves &*

*Longas no País das Maravilhas*.

A *Mais Breve & Longas no País das Maravilhas* pode aplicar-se a famosa sentença de Terêncio de que nada do que é humano é estranho a um autor. Efeito de uma curiosidade infinita e de uma notável erudição, a Autora discorre sobre temas da actualidade estranhos à Universidade, como os fogos que assolaram Portugal no Verão de 2017, mas também sobre questões intrínsecas à Academia, como o regime de bolsas para o ensino supe-

rior. Em cada reflexão, Annabela Rita não se limita a ponderar o juízo abalizado dos autores que cita, e sempre os melhores e mais excelentes autores, como se se tratasse de um relatório neutro, mas sustenta igualmente juízos próprios, que os integram no seu plural, fundamentado e diversificado horizonte cultural.

Assim, percorrendo um itinerário em várias etapas, cada uma fortemente imbricada com as restantes, no seu habitual estilo polilétrico, o leitor é adver-

tido para a (melhor, é iniciado na) problemática – actualíssima! – das diversas teorias sobre os cânones literários, internacional, nacional e lusófono. Do mesmo modo, Annabela Rita chama-nos a atenção para o debate público sobre as contingências internas da Universidade e dos Centros de Investigação, bem como do papel da língua portuguesa ao nível da sua utilização pelo falante comum e como instrumento de trabalho da investigação científica.

Debate-se igualmente neste livro a questão da entropia das instituições e das organizações promotoras da investigação científica, juntando a esta questão o esclarecedor debate sobre as bolsas de acesso e a frequência do ensino superior.

Muito relevante o texto sobre a eminentíssima questão do livro e das livrarias e de como ambos são absolutamente necessários para a reconstituição de um vector humanístico e cívico na mente do cidadão.

Num outro longo artigo,

tematizam-se as questões da história do Tempo medido pelo calendário e a do Espaço medido pela cartografia. A que se juntam, com notável conhecimento, os temas da Utopia e da Ucrónia.

Segue-se um conjunto de recensões de obras publicadas, de Camilo Castelo Branco à actual dupla Mendo de Castro Henriques/Nazaré Barros, passando por Fernando Cristóvão, veterano das Letras e Humanidades.

No interessantíssimo texto (longo e esclarecedor, talvez polémico) sobre o tríplice *A Nau Catrineta*, de Almada Negreiros, presente na gare de Alcântara, “primeira imagem de quem chega e a última para quem parte” de Portugal no tempo das viagens por navio, Annabela Rita desconstrói os símbolos presentes nas imagens, inscritas na memória das gentes, e opera o balanço cultural relativo aos sinais posteriores e actuais de Decadência: o da dívida pública gritante e o de um Portugal em chamas, efeito do

eterno descuido português. Finalmente, aborda, sob o ponto de vista cultural, a profunda alteração de costumes no Portugal actual, mudança que gerou a transformação das instituições. Conclusão histórico-cultural: “[...] a Nau perdeu-se no mar”, e, com ela, perdeu-se a “glória” do País que simbolizava.

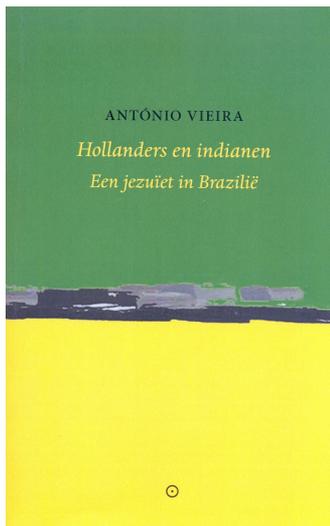
Belíssimo retrato, por vezes cruel, no mínimo agri-doce, de um País perdido no Mar, o mesmo que outrora lhe marcou indelevelmente a sua história e lhe conferiu um valioso prestígio internacional.» **Miguel Real** [Prefácio]



***António Vieira Hollanders en indianen Een jezuiet in Brazilië, Amsterdam, Koppernik, 2018. ISBN: 978-94-92313-59-1***

«Fernando Pessoa noemde hem de keizer van de Portugese taal, zijn biograaf, Lúcio de Azevedo, de Herculano van het woord. Hij was priester, diplomaat, filosoof, theoloog, ziener en historicus. Adviseur van de koning van Portugal. Gerenommeerd prediker en gewild biechtvader. Verdiediger van de joden, bestrijder van de Inquisitie, lansbreker voor de indianen. En vooral barok schrijver, betoogkunstenaar en goochelaar met woorden. Padre António Vieira, jezuiet (1608-1697)

«De geschriften van pater Vieira staan bol van de sombere oordelen over de menselijke moraal en vijandige opmerkingen over die ketterse Hollanders.» P. C. Emmer in *Historisch Nieuwsblad*



**Petar Petrov (organizador), *Meridianos Lusófonos. Prémio Camões (2008-2016)*, Lisboa, Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, 2018 [ebook]**

«O presente volume vem na sequência de outro, publicado pela Roma Editora em 2008, com o título *Meridianos Lusófonos. Prémio Camões (1989-2007)*. Dando continuação ao projecto, a colectânea de ensaios que agora se apresenta foi concebida no sentido de fornecer estudos de determi-

nadas obras que receberam o Prémio Camões no período compreendido entre 2008 e 2016. Trata-se do mais importante galardão dedicado às Literaturas de Língua Portuguesa, instituído em 1989, com o objectivo de premiar anualmente um autor que, pela qualidade da sua produção artística, tenha contribuído

para o enriquecimento do património literário e cultural em Língua Portuguesa. Assim, no seu conjunto, os estudos incidem sobre diferentes géneros do artefacto artístico verbal, cultivados por escritores portugueses (2), brasileiros (5) e africanos (2), com destaque para a ficção narrativa (romance, conto e no-

vela), poesia, ensaio e biografia. A importância da presente publicação deve-se também às metodologias adoptadas pelos colaboradores que aceitaram participar no projecto, investigadores e professores universitários de reconhecido mérito, bem como jovens doutores com potencial crítico. A este propósito, recordo a consideração da Professora Maria Lúcia Lepecki, na apresentação do volume de 2008, que se aplica perfeitamente à actual colec-

tânea: “os artigos deste livro têm uma acentuada componente teórico-especulativa, pelo que interessam não apenas a quem se ocupe dos específicos autores aqui tratados mas, também, aos que desejem um diálogo inteligente e motivador sobre as muitas questões subjacentes ao estudo de diferentes modalidades do discurso verbal”.» **Petar Petrov** [Nota do Organizador]

## Meridianos Lusófonos

Organização de Petar Petrov



Prémio Camões (2008-2016)



**João Carlos Firmino Andrade de Carvalho, Ana Alexandra Seabra de Carvalho (coordenação), *O Monstruoso na Literatura e Outras Artes*, Lisboa, Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, 2018. ISBN: 978-989-8916-19-8 [ebook]**

«Entre 20 de outubro de 2017 e 9 de fevereiro de 2018 realizou-se um Ciclo de Conferências, dedicado à temática da representação do monstruoso na literatura e outras artes, iniciativa resultante da parceria entre o Departamento de Artes e Humanidades da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve e a Biblioteca Mu-

nicipal de Faro “António Ramos Rosa”. O evento, que decorreu nas instalações da Biblioteca Municipal de Faro e da delegação regional do Instituto Português do Desporto e Juventude, teve por objetivo a divulgação da temática teratológica, quer no plano literário quer no de outras artes, suscitando a reflexão analítico-interpretativa em torno de diferentes formas

de configuração da monstruosidade em diversos momentos históricos (da Antiguidade à Contemporaneidade), e dirigiu-se a um público heterogéneo, constituído por círculos de leitores e usuários da Biblioteca, por círculos escolares, universitários e culturais da cidade e da região, bem como por outros interessados na especificidade da temática abor-

dada. Reúnem-se agora, neste livro, as versões escritas dessas nove conferências proferidas por especialistas das áreas da literatura e outras artes, disponibilizando, deste modo, ao Leitor, o resultado escrito da reflexão, análise e interpretação propostas por cada um dos autores. Queremos deixar aqui o nosso agradecimento aos autores

que, prontamente, aderiram a esta iniciativa e disponibilizaram os seus textos, bem como ao *Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa* (CLEPUL) que tornou possível a sua publicação.» **João Carlos Firmino Andrade de Carvalho** [Nota Prévia]

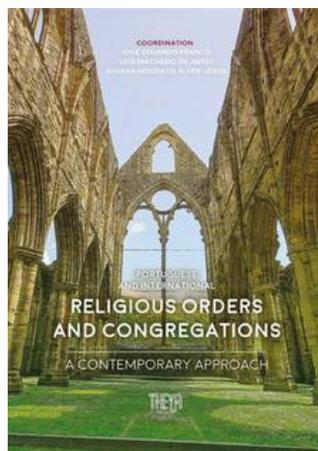


**Luís Machado de Abreu, Susana Mourato Alves-Jesus e José Eduardo Franco (coordenação), *Portuguese and International Religious Orders and Congregations. A Contemporary Approach*, Lisboa, Theya Editores, 2018. ISBN: 978-989-8916-02-0 [ebook]**

The history of the religious Orders coincides with almost half the history of Portugal and a significant part of the history of Europe, representing a momentous presence and a significant influence in human history; especially since the globalization process initiated by the Portuguese and the Spanish maritime expeditions in the early modern age. This volume bring together a number of qualified studies presenting a multifaceted history of the Or-

ders: theology, spirituality, evangelization, catechesis, liturgy, politics, education, art, solidarity, culture, political controversy, social communication, etc. Experts and researchers from different countries and disciplines present here their ground-breaking and comprehensive work on the religious Orders and Congregations, allowing us to better know and understand the formation, institutionalization and extraordinary influence of these institutions through the centuries

and in different parts of the globe.



**Annabela Rita, *Do Que Não Existe. Repensando o Cânone Literário*,  
Lisboa, Manufactura, 2018. ISBN: 978-972-559-369-1**

«No âmbito da historiografia e da crítica literárias, não existe passado para os livros de Annabela Rita em Portugal. *Do que não existe*, como os seus anteriores ensaios, *No Fundo dos Espelhos* (2 vols., 2003-2007), *Emergências Estéticas* (2006), *Itinerário* (2009), *Cartografias Literárias* (2010; São Paulo, 2012), *Paisagem & Figuras* (2011) e *Luz & Sombras do Cânone Literário* (2014), integra as categorias clássicas da análise literária, tradicionalmente praticadas, num horizonte estético e cultural mais abrangente do ponto de vista de uma nova análise, pertinente ao século XXI, que designa por interartes. Não se trata apenas de dissecar, comentar e aprofundar o texto segundo uma hermenêutica específica, a que o crítico ou historiador dá a sua preferência, de compará-lo intertextualmente segundo o tema ou o estilo ou o complexo linguístico morfossintático, de operar relações e analogias entre livros ou obras, processos tradicionais da análise lite-

rária, mas, na verdade, de sair para fora do universo exclusivamente gráfico ou escrito, sair para fora do texto.

Aqui começa a revolução operada por Annabela Rita: lendo e analisando o texto, não o eleva a rei e senhor da interpretação, não o torna um “monumento histórico”, fixo, cristalizado, deste partindo e a ele regressando, mas, usando-o como motor caleidoscópico, relaciona-o (1) com os diversos patamares do horizonte estético e cultural da sua época, como o pensamento mítico, o identitário, a pintura, a arquitectura monumental ou histórica, a fotografia, o cinema, os complexos comportamentais ou hábitos e costumes...; (2) depois, ou em simultâneo, opera analogias e comparações com outros horizontes estéticos e culturais de épocas diferentes.

Neste sentido, às categorias clássicas de análise textual acrescem, nos ensaios de Annabela Rita, novas categorias providas de outros patamares estéticos, como

a perspectiva, a panorâmica, o *travelling*, o *zoom*, o *close up*, que, aplicados ao texto literário como terreno próprio da ensaísta, não deixa de expandir-se para outras artes (interartes), tentando detectar esse *quid* que define toda a ficção.

Trata-se, portanto, não de enclausurar a literatura no interior da cela da ficção, prosseguindo velhos critérios analíticos, mas de engravidar a literatura pelo contributo (poderoso) das restantes artes, evidenciando-lhe a natureza particular, a origem, os processos de criação, isto é, de fazer nascer um campo estético “do que não existe” ainda, mas, no futuro, se revelará como fértil campo criador e criativo.

Dito de outro modo, premonitório, é já hoje convocado, neste livro, “o que (ainda) não existe”, dando conta, menos de um resultado definitivo e mais de uma metodologia nova, a metodologia relativa ao campo estético das “interartes”. Neste sentido, se um ensaio só

é novo (não cumulado de pequenas “novidades” académicas, mas verdadeiramente novo) quando opera um rasgão com o passado, interpretando-o de um modo radicalmente diferente, causando até alguma estranheza, *Do que não existe*, de Annabela Rita, oferece ao leitor uma versão da análise textual já própria do século XXI.

Por isso, a autora tece o itinerário do labirinto de imagens que vão de Cesário Verde, Teolinda Gersão e Gonçalo M. Tavares às representações monumentais por que a Europa se tem historicamente figurado, convoca e entrelaça, pelo olhar melancólico da “Joaninha”, a história do retrato, da paisagem, da narrativa europeias. Ou, dito de outro modo, transforma símbolos literários em símbolos culturais, associando inclusive esse símbolo social do novo

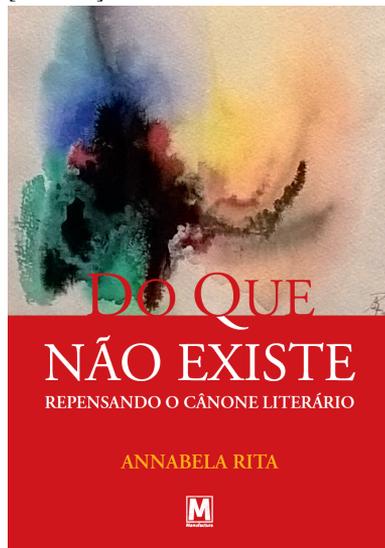
tempo que é o “Google Maps”.

Dir-me-ão que se trata de uma perspectiva comparatista. É verdade, mas uma perspectiva comparatista que sai para fora da literatura e abarca a totalidade da realidade estética para dar conta daquela. Onde, a partir de Almeida Garrett se chega à “cartografia monumental” e, paradoxalmente, ao “Evangelho Português”, para se regressar ao terreno próprio da literatura, agora entre Garrett e Camilo, com incursões sobre o ensaio cultural de António Quadros.

Enfim, é justamente deste labirinto cultural, conceptualmente entrelaçado mas rigorosamente claro, que se trata “do que não existe”, por exemplo, da relação entre António Ferro, o homem e a obra, Leitão de Barros e a Exposição do Mundo Português de 1940. E daqui parte-se para a in-

terpretação da representação imagética dos *Painéis* de Nuno Gonçalves para se chegar à representação literária decadentista de Guerra Junqueiro nos finais do século XIX.

*Do que não existe* – eis, entre o frágil ensaísmo português do século XXI, um fortíssimo desafio hermenêutico.» **Miguel Real** [Prefácio]



**Roberto Acízelo de Souza e José Luís Jobim, *Portugal segundo o Brasil*, Lisboa, Theya Editores, 2018. ISBN: 978-989-8814-92-0 [ebook]**

Conhecer, sinalizar e compreender os discursos dos outros sobre nós, e de nós sobre os outros, pode ofe-

recer um interessante mapa de afetos e desafetos, uma espécie de GPS cultural dos estereótipos que nos

ajuda a situar e orientar melhor no tempo e na História, particularmente nas «negociações frequentes»

que temos de encetar para estabelecermos relações de parceria ou de antipatia. As representações de um país, de uma instituição, de um indivíduo são parte constituinte da sua História, da sua herança cultural. As representações mais ou menos estereotipadas que construímos sobre os outros, e que os outros elaboram sobre nós, funcionam como um jogo de espelhos, geradores de imagens deformadas. Mas essas visões desfiguradas são os olhos com que vemos e interpretamos a realidade. Ora, o exercício de fazer o mapa dos nossos afetos e desafetos, em que se funda muitas vezes a nossa visão

do Outro, é fundamental para a compreensão das articulações históricas e para lançar luz sobre as relações do presente e os desafios do futuro. Assim, esta coleção que agora se inaugura nasceu de um projeto ambicioso, mas feito realisticamente em trabalho progressivo, para atender ao desafio de pensar Portugal e de contribuir para a reflexão crítica sobre a identidade deste país, construída, em boa parte, na sua relação com os outros povos, estabelecida durante o seu quase um milénio de História. Trata-se, efetivamente, de proporcionar um verdadeiro jogo de espelhos, aceitando observar Portu-

gal a partir do olhar inscrito nos discursos culturais de outros países e, dentro de Portugal, das suas diferentes regiões.



**Joaquim de Araújo, *Opúsculos e Prefácios*, edição (organização, fixação do texto e notas) e apresentação de Paulo Samuel, Penafiel, Agrupamento de Escolas Joaquim de Araújo, 2017. ISBN: 978-989-20-8066-6**

«Em Janeiro de 2016, numa pesquisa, sem propósito específico, sobre a obra poética de Joaquim de Araújo, surgiram as datas biográficas do seu nascimento – 22 de Julho de 1858 e morte – 11 de Maio de 1917. 2017 seria, por conseguinte, o ano do centenário do seu falecimento. A partir

desse momento, a comemoração do centenário da morte do patrono da escola/agrupamento Joaquim de Araújo tornava-se uma necessidade. Um dever. Uma necessidade de afirmação da capacidade dinamizadora e mobilizadora da escola/agrupamento, congregando vontades e saberes em redor da vida e

obra do seu patrono. Um dever porque não celebrar, com a dignidade e relevo que merecem, a vida e obra de uma personalidade ímpar e incontornável na divulgação e promoção da cultura e literatura nacionais em Portugal e no estrangeiro, sobretudo na segunda metade do século XIX, seria um esqueci-

mento imperdoável. Tornava-se, pois, premente promover, dignificar e divulgar o poeta, o diplomata e, sobretudo, o homem que, na sua época, mais contribuiu para a «expansão europeia da cultura portuguesa», segundo o título do estudo que Ferreira de Brito lhe dedica. Seria, de resto, incompreensível não o fazer. Com efeito, Joaquim de Araújo é, como acima se referiu, o patrono da escola/ agrupamento a que estamos ligados, em que ensinamos, aprendemos e trabalhamos. Importava, igualmente, fazer justiça à memória do homem de letras, intelectual muito respeitado pelos seus contemporâneos, erudito, bibliófilo, amigo dos maiores vultos da cultura portuguesa, que promoveu, divulgou, editou, ou promoveu a edição (Garrett, Eça, Antero, Camilo, João de Deus, Teófilo Braga, Júlio Diniz, Oliveira Martins, Sampaio Bruno, D. João de Castro, de entre os mais famosos), que, com apenas quinze anos, criou, em Portugal, a sua primeira revista literária – *A Harpa* – para a qual mobilizou uma boa parte dos escritores seus

contemporâneos para nela escreverem e que, no obcecado propósito de divulgar e promover além-fronteiras o melhor da cultura portuguesa (Camões, Garrett, Herculano, João de Deus, Camilo, Teófilo e Antero, o seu maior e mais respeitado amigo), não mais parou na publicação de revistas, na edição de livros e opúsculos e, sobretudo, insistindo, insistindo, insistindo, junto dos seus amigos lusófilos, para que traduzissem e divulgassem obras e autores portugueses.

Georges Sand dizia que “a memória é o perfume da alma”. É também, cremos, “o prelúdio da imortalidade”. Porém, Joaquim de Araújo é um desconhecido ilustre. Está esquecido. E o esquecimento é morte. Comemorar Joaquim de Araújo, tendo o centenário da sua morte como móbil, pretende, neste sentido, cumprir o propósito de lembrar o jovem que, aos quinze anos, criou a sua primeira revista literária, que, aos dezoito, criou outra – *Renascença* –, que se tornaria uma referência nacional, que publicou sem parar obras suas e dos seus amigos e autores ad-

mirados, que foi elogiado e estimado no seu tempo, que, aos vinte anos, João de Deus, já poeta consagrado de quarenta e oito anos, lhe entregou um poema para ele rever, corrigir e enviar para publicar “se achar que presta”, que, enfim, dedicou a vida à promoção e divulgação do melhor da cultura portuguesa. De facto, mesmo que à sua poesia falte algum do génio dos grandes poetas, mesmo que os elogios de Teófilo, de Eça, de Camilo, de João de Deus, de Oliveira Martins, de Antero sejam circunstanciais, mesmo que *Primeiras Leituras*, uma selecta com textos de praticamente todos os grandes autores da literatura portuguesa antiga e contemporânea de Joaquim de Araújo e da tradição oral recolhida por Adolfo Coelho, Teófilo Braga e do *Romanceiro* de Almeida Garrett, que, com a *Cartilha Maternal*, do seu amigo e admirado João de Deus, constitui um marco fundamental no ensino primário em Portugal, elogiada por Carolina Michaëlis e Joaquim de Vasconcelos, seja, também ela, injustamente esquecida, o empenho, contínuo

e obstinado, na promoção e divulgação do que, em Portugal, era escrito é razão suficiente para nós próprios nos empenharmos na divulgação e promoção da sua vida e obra. Para escapar ao esquecimento. Para salvaguardar a memória. Tornar a comemoração do centenário da morte de Joaquim de Araújo o mais ampla, digna e participada possível foi assumido, por isso, como propósito e razão fundantes. Por um lado, o agrupamento, desde o jardim-de-infância até ao décimo segundo ano, respondeu ao desafio e envolveu-se activamente na promoção e comemoração do centenário e fez no dia onze de Maio, dia central da comemoração com a conferência da doutora Ana Maria Martins, a inauguração da escultura e mural da escultora Maria José Caramez pelo Presidente da Câmara Municipal de Penafiel, Antonino Sousa, e a participação de autarcas e outras entidades convidadas, uma festa ainda mais brilhante com a apresentação de obras de alunos e a interpretação de poemas de Joaquim de Araújo, musicados ou adaptados

por alunos e professores. Por outro lado, duas outras acções merecem notória referência: o programa da rádio TSF, “Serões Inquietos”, com Fernando Alves e Pedro Pinheiro, no dia 21 de Março de 2017, dia mundial da poesia, sobre Joaquim de Araújo, emitido a partir da biblioteca da escola secundária Joaquim de Araújo, com a participação de Adelaide Galhardo, Directora da Biblioteca Municipal de Penafiel, Amélia Maia, professora e investigadora da obra de Joaquim de Araújo, Alberto Santos, escritor, António Cunha, Director do Agrupamento de Escolas Joaquim de Araújo, Germano Silva, jornalista e escritor, Paulo Samuel, ensaísta e editor, e José Alberto Damas, professor e coordenador da comemoração, e, claro, a publicação do livro que o excelentíssimo leitor tem em suas mãos. Publicar um livro de ou sobre Joaquim de Araújo integrou, desde o início, o projecto das comemorações, que tinham o centenário da sua morte como causa próxima. Um livro que fizesse justiça e fosse

digno da vida e obra do homenageado. Um livro que, editado pelo agrupamento de escolas Joaquim de Araújo, fosse também da autarquia de Penafiel, cidade onde Joaquim de Araújo nasceu e viveu a infância e parte da adolescência. Um livro que contribuísse para “perfumar a alma” deste homem incansável na promoção da cultura portuguesa aquém e além-fronteiras.

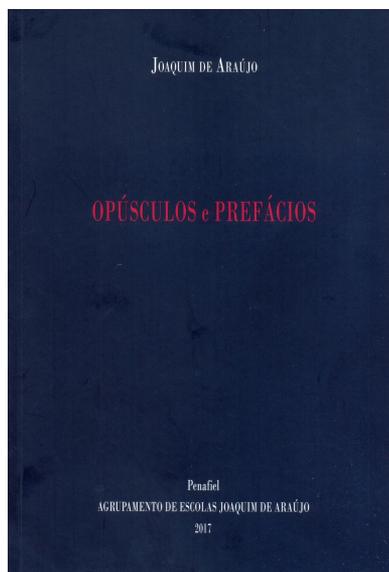
O livro é uma casa. Um objecto-casa. Uma casa habitada. Uma casa onde mora gente. Onde mora gente com ideias, pensamentos, sentimentos, paixões, dores. Vida. Morte. Uma casa onde, dizia Heidegger, mora o ser. Uma casa onde, dizia também Heidegger, o homem é o pastor do ser. Uma casa feita de palavras. Uma casa disponível a todos os que a ela queiram aceder. Tratando-se de uma casa feita de palavras, a ela, no entanto, apenas pode aceder quem entrar nas palavras. Quem puder e quiser ler. Quem souber ler. As casas de palavras são feitas para serem lidas. Para serem lidos são feitos os livros. Para ser lido foi

feito este livro.

Coordenado, organizado, construído pelas mãos competentes e dedicadas de Paulo Samuel, este livro, após adequada e cuidada gestação, nasceu para ser lida a obra opuscular de Joaquim de Araújo. Para tornar acessível o labor intelectual apaixonado do poeta-cônsul em prol do seu projecto fundamental de vida, várias vezes aqui referido: promover e divulgar o melhor da cultura literária portuguesa, sobretudo na segunda metade do século XIX e primeira

década do XX.

Este livro, belo por dentro, belo por fora, exprime superlativamente o que nos propusemos comemorar no centenário da morte de Joaquim de Araújo: promover e divulgar a sua vida e obra com a dignidade e respeito que merece. Para honrar a memória. Para perfumar a alma, subtraída ao esquecimento.» **António Cunha e José Alberto Damas** [Razões de uma comemoração e de um livro]



**Jacinto Jardim (coordenação), Luísa Antunes Paolinelli (história),  
Rafaela Rodrigues (ilustração), Roteiro para Docentes e Formadores.  
Exploradores de Sonhos, Lisboa, Theya Editores, 2018.  
ISBN: 978-989-8814-91-3**

«Todos temos ideias e sonhos que, um dia, gostaríamos de ver concretizados. E já todos nos sentimos, nalgum momento da nossa vida, impelidos a criar e a inovar, mas o facto de que nem todos fomos capazes de concretizar esse espírito empreendedor. Por insegurança ou medo, re-traímos, nalgum momento, o nosso lado criativo e essa

é, afinal, a principal razão que nos traz até este livro. Essa é a principal razão pela qual há que incutir, desde a mais tenra idade, noções fundamentais que estimulem em cada um a confiança e a ousadia necessárias para criar. O futuro depende sempre do que fizermos hoje, porque todas as nossas ações têm consequências a médio

e longo prazo. Assim, se desejamos um futuro melhor, o único caminho é mesmo fazermos por ele. A educação é, sem dúvida, um dos pilares dessa construção, a par do acesso à formação e da capacidade empreendedora. Participar na construção do futuro é, por isso, uma obrigação, mas, ainda mais do que isso, é também um desafio

que nos deve motivar a todos.

Educar para o empreendedorismo passa, assim, antes de mais, por promover a liberdade criativa e a confiança, como duas bases fundamentais na construção de uma sociedade que se quer independente, consciente e assertiva. Empreender é ser capaz de desenvolver novas ideias e materializar conceitos e produtos, ajudando, dessa forma, a construir sociedades mais fortalecidas social e economicamente. O empreendedorismo é, por isso, a arma com que devemos atuar perante um mundo globalizado e altamente competitivo.

A sociedade de informação na qual vivemos e as tecnologias de informação e comunicação que nos acompanham diariamente fizeram mudar o paradigma social e económico do nosso mundo. De cidadãos mais informados, não só esperamos mais, como devemos exigir mais. Todavia é determinante apostar na formação e criar condições para que

as futuras gerações possam ser bem-sucedidas. Essa é uma premissa que não podemos deixar ao acaso. É à geração atual, e às entidades decisoras de hoje, que cabe atualizar conteúdos curriculares e adaptar modelos educativos e métodos de ensino, sob pena de não sermos capazes de motivar, nem de capitalizar o aporte informativo que caracteriza as gerações mais jovens.

Educar para o empreendedorismo é um processo que exige da tutela e de todos os atores sociais uma postura proativa e colaborativa, na busca de novas práticas. Exige também uma articulação entre os diferentes níveis de ensino, sem a qual esse processo pode ficar comprometido.

Todos temos um papel a desempenhar para que empreender passe a ser tão natural como estudar ou entrar no mercado de trabalho, para que passe a ser algo que esteja verdadeiramente ao alcance de todos e não apenas de alguns. É às famílias, aos docentes e à sociedade em geral que compete capacitar

para o empreendedorismo, fazendo crer às gerações mais jovens que, hoje em dia, não há limites para onde podem chegar, com as ferramentas que a sociedade da informação lhes coloca nas mãos.

Por tudo isto, não tenho dúvidas de que a presente obra representa um contributo substancial na formação e capacitação dos nossos jovens para o empreendedorismo, fazendo desta uma temática incontornável nos currículos académicos vindouros.» **Paulo Cafôfo** [Prefácio]



***Estudos Regianos*, II Série, número 24|25, Junho-Dezembro 2018.  
ISSN: 0874-1921**

«*Estudos Regianos* volta a editar um número inteiramente dedicado à Revista *presença*, “Folha de Arte e Crítica”. Desta vez, reunindo as intervenções do Congresso Internacional que teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 9 e 10 de maio de 2017 (integrado no protocolo celebrado entre o CLEPUL e o CER), com o fim de assinalar o nonagésimo aniversário da revista coimbrã. No decorrer desses dois dias intensos de comunicações, foi possível apresentar e debater novas perspectivas de análise em torno da importância desse “pequeno caderno” de oito páginas que Adolfo Casais Monteiro se referiu como “a bandeira da arte moderna em Portugal”.

Importa realçar que, nessa mesma data, a abrir o evento, foi inaugurada a exposição intitulada “O que foi a *presença*? Uma leitura a 90 anos de distância”, da responsabilidade do Centro de Estudos Regianos e fruto da colaboração generosa de alguns dos

seus membros. Esta exposição, composta por dezasseis painéis e enquadrada no conjunto das Exposições Itinerantes do CER, serviu de suporte documental a alguns dos temas apresentados e analisados durante o congresso, e passado esse tempo, continua a prosseguir o seu caminho de itinerância por várias instituições de cultura.

Noventa anos passados desde o aparecimento da *presença*, em março de 1927, as leituras e pareceres sobre o destaque a dar à revista estão longe de serem consensuais. Pelo contrário. Depois de muito se ter escrito e debatido a esse respeito, pairam ainda controvérsias sobre a real importância da *presença* e as repercussões que teve no marasmo em que se encontravam as Letras e as Artes em Portugal, particularmente no período entre guerras. Questões como as que referimos, a título de exemplo, continuam a dar motivo para futuras reflexões e debates: – Até que ponto é correcto falar de uma “geração”

em relação aos homens da *presença*?; – Existiu mesmo um “segundo modernismo” ou deve este ser entendido como uma contra-revolução?

No quadro da cultura portuguesa, um facto não pode ser negado: a *presença* foi a grande revista de arte e crítica da primeira metade do século XX, que entendeu, divulgou e promoveu não apenas os homens da *Orpheu* (na época, apenas conhecidos pela elite lisboeta) como chamou a atenção para as grandes manifestações artísticas que iam surgindo na Europa e no Brasil.

Tendo já em perspectiva, num futuro próximo, a celebração do centenário da fundação da *presença*, espera-se que o juízo de alguns “eminentes críticos” não continue a ser, na opinião de Eugénio Lisboa, “uma clamorosa desleitura”. Esperemos, antes, que se cumpra o desejo manifesto por João Gaspar Simões, ao celebrar o cinquentenário da revista: “Mais cinquenta anos sobre os cinquenta anos agora co-

memorados e talvez se faça justiça completa ao que na *presença* foi de facto revolução”.

O CER, seguindo a linha de apoio aos estudos regionais, não se inibirá a esforços no que estiver ao seu alcance,

para que esse desejo seja cumprido.» **Isabel Cadete Novais** [Editorial]

### Casa comum de arte e crítica

«Ao lermos os três tomos da “edição facsimilada compacta” da *Presença* (Lisboa, Contexto, 1993), percebe-se como o tempo do Estado Novo nascente mal aflora, se procura o multidimensional artístico e, no campo literário, a afirmação de grupo multidisciplinar deriva para admiração e homenagem – logo, louvável divulgação –, enquanto abre portas aos que entram em aventuras nos vinte anos seguintes, seja na emergência social com José Gomes Ferreira, e mais propriamente neo-realista com pioneiros deste movimento, seja em vertentes dos *Cadernos de Poesia* (1940-1953) – via Vitorino Nemésio, mas também porque já aí colabora Teles de Abreu, pseudónimo de Jorge de Sena –, ou no limiar existencialista com José Marmelo e Silva, quando um colaborador de 1929, António Pedro, vai animar o Grupo Surrealista de Lisboa (1947).

Esta variedade, entre contradições, dissidências, mesmo textos frágeis e recurso à publicidade, talvez não seja a estratégia mais adequada para constituir um movimento, termo que alguns associam à “fôlha de arte e crítica” coimbrã (1927-1940). Além de sucessivos manifestos regionais em clave teórica, recenseadora e polemista, de que o mais citado é o introdutório “Literatura viva”, bem como de um serviço informado sobre estrangeiros ao cuidado de João Gaspar Simões, o que ressalta é a colaboração intensa dos de *Orpheu*, que, aos olhos de hoje, diminui os presencistas de escola. Assim, segundo modernismo, na lição costumada ou interrogada “contra-revolução” do modernismo português», segundo artigo célebre de Eduardo Lourenço, parece-me que a confluência dessas águas, com veios para outros lugares, transforma a *Presença*

num corpo que se procura, justa variabilidade numa era cada vez mais unívoca a desembocar em censuras e ditaduras europeias, fazendo dela um ainda longo momento de liberdade, que não merecia remoques de autoconvencidos fautores da liberdade. O espírito crítico desse corpo incerto vê-se bem no desassombro com que se abordam monstros sagrados (Manuel Teixeira-Gomes, Raul Brandão e Aquilino Ribeiro, estes dois no também célebre “Literatura livresca e literatura viva”, n.º 9, 9-II-1928) ou emergentes (José Rodrigues Miguéis), ao arripio dolouvaminheiro jornalismo cultural; já erros de cálculo, em relação aos demais próximos, também lhes devem ser imputados, na base de fluidos considerandos metodológicos, ou vago princípio: uma obra deve “revelar-nos poderosamente a personalidade do seu autor”, logo, a litera-

tura sem autoria conhecida seria inabordável. E desvaloriza processo “híbrido”, que, hoje, saudamos.

Assim, pois, ao olharmos para este milheiro de páginas, em que os directores têm maior consistência, se dá parte de leão a Mário de Sá-Carneiro e, sobretudo, a Pessoa plural, tal como a outros «orpheus», se dinamiza um convívio sem uniformidade teórica, se faz marcação à literatura estomacal entoada na grande Imprensa, vemos na *Presença* o cadinho das necessárias produções e ilustrações – pensemos só em páginas do *Livro do Dessossego* – que marcarão as décadas seguintes.

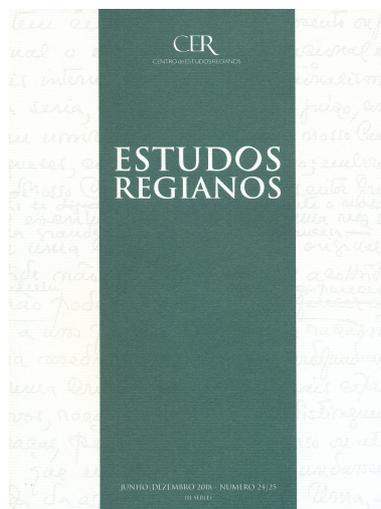
Não faz sentido dissociar o individual do colectivo, opondo-os, mesmo, ou o psicológico e psicologizante do social, atribuindo aos primeiros uma “preeminência, pelo menos aparente, ou mais visível na doutrina do que em obras concretas”, como diz David Mourão-Ferreira, na introdução ao fac-símile (p. 5). Qualquer acto de linguagem é de um e de todos, ou falha. Basta referir a “total independência da arte e da crítica em rela-

ção a qualquer poder” (p. 6), para eliminar, logo, o “poder” do individual ou do colectivo, e o mesmo para a destrição entre “intuitivo” e “racional”, que existe, acaso, processualmente, mas não se observa no resultado final.

Projecto ondeante, deve somar-se-lhe o mérito de congregar géneros – realcemos a inclusão de peças de teatro; de, dentro desses, nos dar o rosto menos comum de certos autores (um Tomaz de Figueiredo poeta, um Francisco Bualgalho novelista); além de um grafismo notável, com verdadeiros achados, corroborado por desenhos de grandes artistas (Júlio, Almada, Sarah Afonso, Arlindo Vicente, Mário Elói, Árpád Szenes, Vieira da Silva), decerto a marca mais vanguardista da *Presença*, ainda além do interesse pelo cinema (caso das ‘legendas cinematográficas’ de Régio, e do partícipe Manuel de Oliveira) e pela música, com Fernando Lopes Graça.

Foi neste espírito de casa comum de *arte e crítica* que Isabel Cadete Novais e o director do Centro de Literaturas e Culturas Lu-

sófonas e Europeias (CLEPUL) pensaram o Congresso Internacional “Revista *Presença*: 90 Anos Depois”, que teve lugar em 9 e 10 de Maio de 2017, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Além das directoras de cada Casa-Museu José Régio – Ivone Pereira (Vila do Conde) e Maria José Maças (Portalegre) – e da sentida evocação familiar com que inaugurou os trabalhos Manuela Pereira, intervalámos estes com a arte de recitar de Aurelino Costa, fechando com a lição de um Amigo de Régio que faz a ponte para as novas gerações: Eugénio Lisboa.



O Centro de Estudos Regionais apresentava, simultaneamente, informada exposição alusiva à revista, na sequência de exposição patente na segunda quinzena de Fevereiro “Acção

repressiva do Estado Novo na vida e na obra de José Régio”, iniciativas no quadro de um acordo de cooperação com o CLEPUL. É nosso desejo próximo editar a correspondência entre

José Régio e Luís Amaro (1943-1969), antecipando os 50 anos da morte de quem foi corpo e alma de uma *Presença* rediviva.»  
**Ernesto Rodrigues**

**Maria Regina Barcelos Bettiol; Maria Thereza Veloso (org.), *Entre Livros e Discursos: A Trajetória das Mulheres da Academia Brasileira de Letras, Frederico Westphalen – RS, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, 2018 (ebook). ISBN: 978-85-7796-237-2***

«Ao revisitarmos a história da Academia Brasileira de Letras (ABL), fica evidenciada a missão de nossa Academia no cultivo das belas letras e no tratamento requintado do idioma. Encontramos, na Casa fundada por Machado de Assis, uma constelação de escritores que representam a *intelligentsia* nacional e que celebram o Brasil e a sua literatura, retratando as grandes questões da nossa civilização. A Academia Brasileira de Letras promove, em sua missão, o permanente diálogo entre os escritores e a sociedade brasileira, diálogo este que transcende as fronteiras do Brasil e encontra ressonância em sistemas literários de outros países.

Desde a sua fundação, em julho de 1897, a Academia Brasileira de Letras foi um espaço cultural predominantemente masculino, destinado aos “brasileiros machos” e fechado à participação feminina, ainda que escritores como Machado de Assis não cansassem de louvar os grandes talentos femininos das nossas Letras. Logicamente, a palavra “brasileiros”, da forma como consta nos estatutos da Academia Brasileira de Letras, designa todos os cidadãos nascidos no Brasil, e isso inclui as mulheres. O polêmico episódio da tentativa de candidatura de D. Amélia de Freitas Beviláqua (1930) serve para ilustrar a luta das mulhe-

res pelo reconhecimento do seu trabalho intelectual. Esse episódio foi o prenúncio de novos tempos, isto é, as mulheres trocavam o “tocador pela escrivaninha”, o restrito espaço doméstico pelo espaço literário.

Sempre atenta às transformações sociais e culturais, a Academia Brasileira de Letras reconheceu a crescente importância da contribuição feminina às Letras. Prova disso foi a eleição de Rachel de Queiroz em 1977, o que representou um marco para a história da instituição e, mais ainda, para a história da Literatura Brasileira, pois era a primeira vez que uma mulher ocupava uma cadeira na Casa de Ma-

chado de Assis.

Depois que Rachel de Queiroz ocupou a cadeira n. 5, outras talentosas mulheres deram continuidade a uma tradição de escritoras que se iniciava na ABL: Dinah Silveira de Queiroz ocupou a cadeira n. 7 (1981) e Zélia Gattai, a de n. 23 (2002). As atuais ocupante são: Lygia Fagundes Telles, cadeira n. 16 (1987); Nélida Piñon, cadeira n. 30 (1990); Ana Maria Machado, cadeira n. 1 (2003); Cleonice Berardinelli, cadeira n. 8 (2010) e Rosiska Darcy de Oliveira, cadeira n. 10 (2013). A famosa declaração de Rachel de Queiroz de que ingressou na Academia Brasileira de Letras não simplesmente pelo fato de ser mulher, mas por ser escritora e pela qualidade estética de sua obra, desagradou, e muito, um segmento do movimento feminista. Entretanto, o critério de que o mérito intelectual deve prevalecer sobre o de gênero foi determinante para afirmação da presença feminina na Academia Brasileira de Letras e na sociedade brasileira de maneira geral.

Ao lermos a biografia das

nossas escritoras, tomamos conhecimento de que, quando eleitas, já tinham expressiva trajetória intelectual, prêmios nacionais e internacionais, toda uma vida dedicada à literatura. Algumas das nossas escritoras conheceram, inclusive, as agruras do exílio, mas permaneceram fiéis intelectualmente ao nosso país, celebrando a literatura e a cultura brasileiras no exterior. Portanto, são todas filhas legítimas do Brasil, do livro e da imaginação, todas merecedoras das cadeiras que ocupam e honram com tanta distinção, todas dignas da consagração acadêmica que tiveram.

O ano de 1996 foi decisivo para a consolidação da presença feminina na Casa de Machado de Assis. Neste ano, a acadêmica Nélida Piñon tornou-se a primeira mulher, em cem anos, a presidir a Academia Brasileira de Letras. Em 2011, foi a vez da acadêmica Ana Maria Machado presidir a instituição, demonstrando que, mesmo em minoria, as mulheres chegaram para ocupar os lugares de saber e de poder como forma de aperfeiçoamento da demo-

cracia.

Imbuídas deste brasileiro espírito de promover a literatura e a cultura brasileiras, temos a grande satisfação de apresentar a publicação intitulada *Entre livros e discursos: a trajetória das mulheres da Academia Brasileira de Letras*, um livro que tem como principal objetivo revisitar as obras das escritoras Ana Maria Machado, Cleonice Berardinelli, Dinah Silveira de Queiroz, Lygia Fagundes Telles, Nélida Piñon, Rachel de Queiroz, Rosiska Darcy de Oliveira e Zélia Gattai, todas escritoras “imortais” da nossa academia.

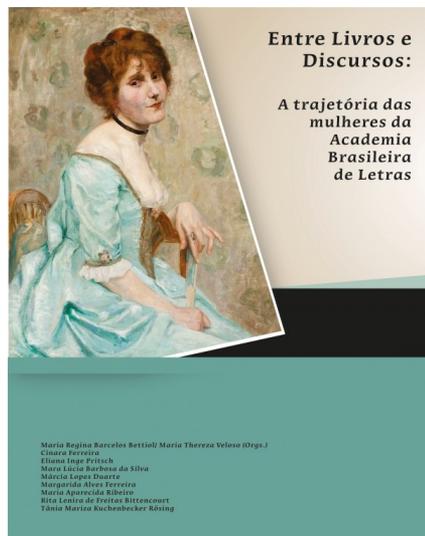
Quem são essas mulheres escritoras que fazem parte do legado imaginário cultural da nação e que exemplo de trabalho oferecem pela nossa literatura e pelo país? São essas algumas das muitas questões que estão em debate em nosso trabalho e que serão analisadas pelas professoras Cinara Ferreira, Eliana Inge Pritsch, Mara Lúcia Barbosa da Silva, Márcia Lopes Duarte, Margarida Alves Ferreira, Maria Aparecida Ribeiro, Maria Regina Barcelos Bettiol,

Maria Thereza Veloso, Rita Lenira de Freitas Bittencourt e Tânia Mariza Kuchenbecker Rösing.

Em seu fraterno convívio com seus pares masculinos, no compromisso diário firmado com a história da instituição e com seu papel dentro da nossa sociedade, essas escritoras testemunham, pelo seu trabalho com a palavra escrita, a sua independência crítica, porém, mais do que isso, a independência crítica da Literatura Brasileira tão discutida por Machado de

Assis. A admissão dessas talentosas escritoras é a prova cabal da nossa maturidade literária, de que a tradição sobrevive pela inovação, a qual essas mulheres brilhantemente souberam trazer para a Academia Brasileira de Letras.»

**Maria Regina Barcelos Bettiol** [Introdução]



**Luzia, Os Que Se Divertem (A Comédia da Vida), Funchal, Imprensa Académica, 2018. ISBN: 978-989-54002-6-3**

«Há (muitos) anos, enquanto aluno de mestrado – na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa –, uma frase da muito prezada doutora Zília Osório de Castro ficou registada num dos meus cadernos. Vou usá-la agora.

É claro que, em matéria de investigação, em ambiente académico, este argumento poderia perder-se com o razoável contraditório de que será “citada [a frase] por

ter-se ouvido”, já que o registo escrito, a fixação da fonte faz sempre lei prioritária na Academia. Porque as ideias – e há tanta ideia perdida! –, precisam de quem cuide delas e as passe a suporte legítimo, para que sobrevivam. Também é certo que as ideias exigem uma disciplina e um método de inquirição independente, pois carregam o mundo tangível, interior, imaginário de quem as produziu. Como a frase

ficou em suporte físico nas Atas de um Seminário – do Movimento Feminista em Portugal, organizado pela UMAR – atrevo-me a citá-la: “também em cultura a presença feminina é sempre uma presença escondida”.

Vem mesmo a propósito. Serve este meu texto, agora, como antecâmara de um projeto protagonizado dentro da Academia com a altruística visão de devolver o “seu a seu dono”,

isto é, (re) conhecer uma bela prosa de época, *Os que se divertem* (*A comédia da vida*), repondo-a junto dos leitores que mais a merecerem, nós. É uma dulcíssima obra escrita por uma mulher, escondida num pseudónimo – Luzia – e nesse umbroso e castigador recanto em que o tempo, por vezes magnânimo nas suas injustiças, guarda a recato o que devia exibir e partilhar.

Luzia, sabemo-lo, era Luísa. Muitos que a conheceram confundiam-na com as madeirenses do seu tempo, desconhecendo outro dos seus mistérios: era alentejana de raízes madeirenses. O nome completo: Luísa Susana Grande de Freitas Lomelino, que, sobrevivendo na “presença escondida”, foi mais uma das muitas mulheres a escrever sob pseudónimo (foi uma conceituada escritora publicada no início do século XX que, “por falta de descendência e por inconveniência dos seus escritos, caiu injustamente no esquecimento”. Nessa mesma época, muitas mulheres – ainda não revela-

das pelos investigadores – escondiam-se em pseudónimos, na literatura e nos jornais ...).

Na tradição dos melhores textos do cânone literário ocidental, também ela recorre à ironia – o que anima a leitura e a consagra.

Peter Bruke escreveu que “a função do historiador é lembrar à sociedade aquilo que ela quer esquecer”. É um combate, de perfil humanista, contra as injustiças, portanto. E é uma tarefa que agora tem concluída mais uma página: fazer retomar a escritora Luzia/Luísa a quem lhe quer bem: os leitores. Que encontrarão nela humor, doçura, justiça, domínio das ideias e da forma como as expressa; encontrarão nela a força, isto é, um lado do eterno feminino, o lado do emocional, que equilibra o mundo.

Dirão que as mulheres fazem a história, contem-se Eva, Perséfone, Verónica, Vénus, Deméter, Maria, Ana, Madalena, Diana ... , Malala!

Dirão que o panteão das deusas, a miríade consagrada pela piedade popular,

as dirigentes deste mundo são a consagração de uma similaridade. E são ações como esta – reeditar e re-dimensionar Luzia – que contribuem também para a presença exposta de quem a merece.

Esta obra é, em suma, um desvelar, no mais estrito sentido literário. Luzia/Luísa, expostas como as queremos.» **Alexandre Honrado** [Prefácio. A presença cultural feminina é sempre uma presença escondida?]



**Ana Maria Paiva Morão, *Grande Guerra 1914-1918. Os Combatentes da Freguesia de Montalvão*, Lisboa, Edições Colibri, 2018**

O livro *Grande Guerra (1914-1918). Os Combatentes da Freguesia de Montalvão*, da autoria de Ana Maria Paiva Morão, evoca os combatentes da Grande Guerra naturais da freguesia de Montalvão (concelho de Nisa), numa continuidade do projecto de preservação do Património Memorialista daquela localidade do nordeste alentejano, que tem vindo a ser desenvolvido pela Associação Cultural Vamos à Vila, a qual, em 2014, assinou um Protocolo de Cooperação com o CLEPUL/Grupo de Investigação de Tradições Populares.

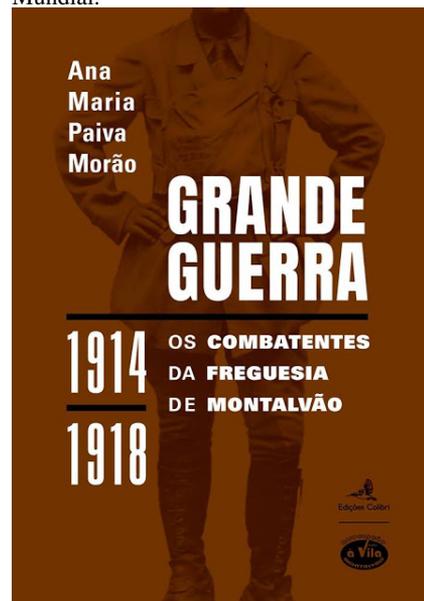
O livro, que conta com uma pequena introdução contextualizante sobre a Grande Guerra, publica os Boletins Individuais dos militares de Montal-

vão e Salavessa integrados no Corpo Expedicionário Português (França) que constam do Arquivo Histórico Militar, os nomes dos combatentes em África, fotografias, dados pessoais, resenha da situação militar (patente, incorporação iniciais, promoções) e algumas memórias e relatos de descendentes.

O lançamento do livro terá lugar na Casa do Povo de Montalvão às 11h00 do dia 9 de Setembro, sendo apresentado pelo Dr. Fernando Mão de Ferro (Edições Colibri) e pelo Doutor Luís Mascarenhas Gaivão, sociólogo e historiador.

No dia 26 de Setembro, a convite da Direcção Regional de Cultura do Alentejo e integrado nas Jornadas Europeias de Cultura 2018, será feita uma apresentação do livro em Évora, na

sede da DRCA, às 18h00, pela autora, pelo editor e pelo Tenente-General Mário de Oliveira Cardoso, Presidente da Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial.



## COMUNICAÇÕES

### 2 e 3 de Julho

Università degli Studi di Padova (Itália): Dionísio Vila Maior, Seminário

«Do Orpheu à Presença» (8h), no âmbito do ensino da Letteratura Portoghese-Brasiliana do Dipartimento

di Studi Linguistici e Letterari da Università degli Studi di Padova

**3 de Julho**

SESC – São Paulo (Brasil): Susana Ventura, «A Princesa que ria rosas e outros contos húngaros»

**4 de Julho**

Università degli Studi di Padova (Itália): Dionísio Vila Maior, «A crise das Humanidades e a promessa revitalizadora»

**5 de Julho**

Università degli Studi di Padova (Itália): Dionísio Vila Maior, «O discurso futurista e a *promesse de bonheur* em António Ferro»

**7 de Julho**

Colégio dos Jesuítas do Funchal: participação de Violante Saramago Matos, Cristina Pinheiro, Licínia Macedo, Luísa Spínola, Madalena Nunes, Lúgia Brazão, Ana Isabel Portugal e Idalina Perestrelo, numa conversa moderada por Andreia Micaela Nascimento no âmbito da Tertúlia A Comédia da Vida, no Feminino

**10 de Julho**

Salão Nobre da Academia das Ciências de Lisboa: Annabela Rita, «Língua Portuguesa: da diversidade à esteticização», no âmbito do Colóquio Uni-

dade e Diversidade da Língua Portuguesa

**11 de Julho**

Palais des Sports (Toulouse): participação de Isabel Lousada, Eric Josselin, Claudine Hermann, Carole Paleco, Jessica Rowson, Sylvaine Turck-Chieze, na sessão subordinada à temática *Why do so few girls choose fundamental science and engineering?*, no âmbito da iniciativa ESOF 2018 (EuroScience Open Forum): *Sharing Science: towards new horizons*

**14 de Julho**

Museu Damião de Góis e das Vítimas da Inquisição: Fernando Marques, «Damião de Góis»

**26 de Julho**

Teatro Baltazar Dias (Funchal): Carla Costela Lopes, «Maria Aurora Carvalho», Rita Gonçalves, «Perfil Genético dos Madeirenses», no âmbito da iniciativa Conferências do Teatro. Encontro de Investigadores Culturais, Académicos e Comunidade em Geral. Madeira de A a Z 2018

**27 de Julho**

Casa Bondelê (Rio de Janeiro): bate-papo com Susana Ventura sobre o livro *O Caderno da avó Clara*

**30 de Julho**

Centro de Congressos da Madeira: José Eduardo Franco, «600 anos do Descobrimento da Madeira e as nossas comunidades», no âmbito do Fórum Madeira Global

**16 de Agosto**

Auditório da Escola EB23 de São Jorge: José Eduardo Franco, «Formação cultural e religioso do povo madeirense», no âmbito do Colóquio São Jorge: *Memória e Futuro*

**17 de Agosto**

Auditório da Escola EB23 de São Jorge: Jacinto Jardim, participa, com Francisco Caldeira, Teófilo Cunha, Dinis Mendonça, Paula Noite e Américo Gomes, na mesa-redonda subordinada à temática «São Jorge: que futuro?», no âmbito do Colóquio São Jorge: *Memória e Futuro*

**22 de Agosto**

Instituto Mora (Cidade do México): Rosa Fina, «A noite de Lisboa antes da luz: a criminalidade, as luminárias e a rua do povo», no âmbito do Colóquio Iberoamericano *Historia de la Noche*

Salão de Leitura da Biblioteca Rio-Grandense: Isa-

bel Lousada, «Mary Shelley: Frankenstein, o mito e o monstro»; participação de Francisco das Neves Alves, Luiz Henrique Torres e Mauro Nicola Póvoas na mesa redonda dedicada à temática «Imprensa literária: história e literatura», no âmbito do V Seminário Internacional Para Pensar a Pesquisa Histórica: Fontes Históricas

Auditório do DEPLA – UNIFAP: Constância Lima Duarte, «Estudos sobre mulher e literatura: permanência e desafios», no âmbito do I Seminário de Estudos de Género e Literatura

#### 24 de Agosto

Auditório do DEPLA – UNIFAP: participação de Fernanda Santos e Natalí F. Costa e Silva na mesa-redonda subordinada à temática Literatura Pós-colonial de autoria feminina, no âmbito do I Seminário de Estudos de Género e Literatura

#### 30 de Agosto

Roma Tre University: Joana Balsa de Pinho, «Welfare and poor relief in the Premodern Portuguese urban context: the House of Mercy», no âmbito do 14th International Confe-

rence on Urban History (EAUH2018) dedicado à temática Urban Renewal and resilience cities in comparative perspective

#### 1 de Setembro

Auditório do Convento do Espírito Santo: Patrícia Monteiro, «Pintar com ouro: a actividade de pintores douradores em Loulé no século XVIII», no âmbito do II Encontro de História de Loulé

#### 2 de Setembro

Ethnographic Museum (Praga): Ana Paiva Morão, «José Pina e Maribela. A Ballad about a true suicide pact», no âmbito da International Ballad Conference of the Kommission für Volksdichtung

#### 5 de Setembro

Real Gabinete Português de Leitura: Adriana Mello Guimarães, «Eça de Queirós entre Farpas e Farpões»; Maria Eunice Moreria, «Cândida Forte Brandão: uma gaúcha de faca na bota», no âmbito do 9.º Colóquio Internacional do Polo de Pesquisas Luso-Brasileiro do Real Gabinete Português de Leitura dedicado à temática Relações Luso-Brasileiras: Imagens e Imaginários

#### 7 de Setembro

University of Colorado Boulder: José Eduardo Franco e Vanda Figueiredo, «A personagem Padre António Vieira no romance brasileiro: um português/brasileiro entre dois mundos»; Tania Martucesli, «A historia (pós)colonial em *Terra Papagalli*»; Vania Chaves, «Nas origens da ficção brasileira: as personagens portuguesas de J. M. Pereira da Silva»; Ana Maria Lisboa Mello, «O processo narrativo em *Angústia* (1913) de Amélia de Freitas Bevilacqua: modos de revelação de conflitos em famílias brasileira e portuguesa», no âmbito da III Conferência Internacional Portugueses de Papel

#### 8 de Setembro

University of Colorado Boulder: Marcelo Schinca-riol, «Sobre os elementos da narrativa policial clássica em *A emparedada da Rua Nova*», no âmbito da III Conferência Internacional Portugueses de Papel

#### 10 de Setembro

Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo: Fabio Mario da Silva, «Do feminino ao

masculino. Uma leitura das epopeias de Soror Maria de Mesquita Pimentel», no âmbito do I Panorama dos Estudos Poéticos e Retóricos no Brasil

### 11 de Setembro

Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo: Fernanda Santos, «*A ars narrandi* em “Relação da Missão da Serra da Ibiapaba”, de Padre António Vieira», no âmbito do I Panorama dos Estudos Poéticos e Retóricos no Brasil

### 13 de Setembro

University of Birmingham: Ana Paula Tavares e Rosa Fina, «“Violence!”, she says: understand the words of violence in Dina Salústio, Paulina Chiziane and Grada Kilomba»; Marco Bucaioni, «The circulation through translation of Portuguese-Speaking African Literatures in Europe: some results and new issues», no âmbito da Conference African Studies Association of the United Kingdom 2018

### 14 de Setembro

Università Cattolica del Sacro Cuore (Milão): Nélia Cruz, «Show me stories»,

no âmbito do 11th Screenwriting Research Network (SRN) International Conference dedicado à temática Writing for cinema. Writing for TV

### 19 de Setembro

Teatro Municipal Baltazar Dias Sílvia Gomes, «Visconde do Porto da Cruz Alfredo António de Freitas Branco»; Cristina Trindade, «Cónego Alfredo de Santa Catarina Braga», no âmbito da iniciativa Conferências do Teatro. Encontro de Investigadores Culturais, Académicos e Comunidade em Geral. Madeira de A a Z 2018

### 24 de Setembro

Biblioteca da Imprensa Nacional-Casa da Moeda: António Araújo, «O passado é um lugar estranho: dever de memória, imperativo de esquecimento», no âmbito dos Seminários Permanentes de Estudos Globais

### 15 de Outubro

Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro: Rosana Kamita, «A presença de Mariana Coelho no *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*», no âmbito do VI Encontro Luso-Afro-Brasileiro

As Mulheres e a Imprensa Periódica

### 16 de Outubro

Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro: Ana Maria Lisboa de Mello, «Carmem Dolores na Imprensa Periódica: perfil de uma intelectual brasileira»; Maria Carlos Lino de Sena Almeida, «A presença feminina e a colaboração relevante de Maria Archer no periódico *Portugal Democrático*»; Maria do Carmo Campos, «Martha e o jornal: facetas de uma vida dedicada à imprensa periódica»; Susana Ventura, «Das páginas do jornal para uma vertente editorial: os contos de fadas de Marina Colasanti»; Angela Laguardia, «Áurea Pires: de Minas para o *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*»; Odalice de Castro Silva, «Contribuições do discurso de Alba Valdez educadora»; Isabel Lousada, «Passeio pela colecção das ‘Senhoras’: panorâmica luso-brasileira da autoria feminina»; Cons-tância Lima Duarte, Eduardo da Cruz e Maria Aparecida Ribeiro, no âmbito do VI Encontro Luso-Afro-Brasileiro As Mulheres e a Imprensa Periódica

## APRESENTAÇÃO DE LIVROS

### 12 de Agosto

Bagno Irene (Viareggio): *Elegatto*, de Luísa Paolinelli e Raquel Lombardi

### 9 de Setembro

Casa do Povo de Montalvão: *Grande Guerra 1914-1918. Os Combatentes da*

*Freguesia de Montalvão*, de Ana Maria Paiva Morão, apresentado por Fernando Mão de Ferro e Luís Mascarenhas Gaivão

### 26 de Setembro

Direcção Regional de Cultura do Alentejo: *Grande*

*Guerra 1914-1918. Os Combatentes da Freguesia de Montalvão*, de Ana Maria Paiva Morão, apresentado por Fernando Mão de Ferro e pelo Tenente-General Mário de Oliveira Cardoso

## SEMINÁRIOS À HORA DO ALMOÇO

### 3 de Setembro

Sessão CCIV: João Araújo,

«A literatura da matemática e a matemática da literatura»

## CONGRESSOS

### 7 e 8 de Setembro

University of Colorado Boulder: III Conferência Internacional Portugueses de Papel

### 15 e 16 de Outubro

Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro): VI Encontro Luso-Afro-Brasileiro As Mulheres e a Imprensa Periódica

### 17 a 19 de Outubro

Biblioteca Nacional de Portugal: Congresso Internacional António Ramos

Rosa: Escrever o Poema Universal

### 22 a 24 de Outubro

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Congresso Internacional Nicolau Chanterene e a prática escultórica no contexto das artes do século XVI

### 2 a 6 de Novembro

Assembleia da República, Casa da Cultura da Sertã, Fundação Calouste Gulbenkian: Congresso Internacional Repensar Portu-

gal, A Europa e a Globalização – 100 Anos Padre Manuel Antunes, SJ

### 7 a 9 de Novembro

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: V Congresso Internacional em Estudos de Género no Contexto Italiano e em Língua Portuguesa

### 15 e 16 de Novembro

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Colóquio Internacional Mulheres em trânsito: Homagem a Alda Lara

## O INDIZÍVEL NA GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O foco nos programas de História, em projectos educativos específicos, tornou-se vital para atingir os objetivos e metas criadas por instituições fortes, com desígnios de manter a paz e a cooperação mundial. A globalização e o desenvolvimento colocam novos desafios teórico/práticos, no que se refere à rápida expansão das transacções e das redes transfronteiriças, dos novos fluxos migratórios, nas dimensões sociais e comunitárias.

A intencionalidade de uma abordagem sistémica não inviabiliza a perspectiva estrutural. A complementaridade encontrada na comparação permite reformular as interrogações sobre as formas de interpretação causa/consequência, sem-

pre mais explicativas das contingências normativas e pragmáticas nas interacções, e mobilizadora de diferentes interpretações.

A introdução de novos conceitos e metodologias, ao reduzir a incerteza, permite a classificação de diferentes níveis de cultura. À perspectiva estruturalista acrescentam-se múltiplas pesquisas históricas disciplinares, interdisciplinares, pluridisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares, evidentes na área transversal do «design» do currículo escolar, em Educação e/para a Cidadania/Desenvolvimento e Cidadania.

Na dimensão interpretativa, inerente ao desenvolvimento científico, estabeleceram-se nexos

causais, aceitando as contingências, factos possíveis mas incertos, nas inovações ou disrupções. O princípio pragmático da natureza humana conduziu ao princípio da incerteza de todo o conhecimento científico, primado que questiona as inferências «generalistas» históricas<sup>1</sup>, ou culturais mundiais<sup>2</sup>.

São as organizações internacionais, governamentais, como a ONU, com a criação do Programa de Desenvolvimento Humano, há mais de meio século, que passam a orientar os objetivos de desenvolvimento humano. O índice de desenvolvimento do PNUD<sup>3</sup> representa estas inovações ao introduzir no seu relatório dois novos indicadores sociais<sup>4</sup>, o índice de de-

<sup>1</sup> R. Evans (1997). *Em Defesa da História*. Lisboa: Temas e Debates.

<sup>2</sup> Adriano Rodrigues (1997). *Estratégias da Comunicação – Questão Comunicacional e Formas de Sociabilidade*. Lisboa: Ed. Presença; (1994). *Comunicação e Cultura. A Experiência Cultural na Era da Informação*. Lisboa: Ed. Presença.

<sup>3</sup> O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, criado em 1966, trabalha em 170 países (deriva da criação, em 1945, do Conselho Económico e Social da ONU), e estabelece o IDH – índice de desenvolvimento humano; faz seguir na transição do milénio os 8 ODM, até 2015, e atualmente os 17 ODS 2030.

<sup>4</sup> Indicador social é uma medida estatística usada para traduzir quantitativamente um conceito social abstracto e que transmite informação sobre determinado aspecto da realidade social, para fins de pesquisa, com o objectivo de monitorizar e avaliar programas e políticas públicas.

<sup>5</sup> <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/rdhs-brasil/relatorio-nacional-desenvolvimento-humano-2017.html> (acedido em 30-11-2017)

envolvimento humano e o índice de pobreza multidimensional<sup>5</sup>.

A actividade de investigação distingue-se da actividade avaliativa pelo seu propósito e intencionalidade objectiva. Mas a investigação contribui para revalorizar as evidências avaliativas, face às múltiplas interpretações que se verificam sobre os dados dos resultados obtidos pelos estudos e pesquisas<sup>6</sup>. A tendência naturalista de o investigador se utilizar a si mesmo como instrumento, perdendo algum ganho em fiabilidade e objectividade (no sentido racionalista), tem por objetivo ganhar mais flexibilidade e participação na oportunidade da construção do conhecimento<sup>7</sup>, não de forma permanente, e investir na sua circulação e transferência.

Narrar os acontecimentos, no tempo em que se viveu e se participou, reforça o carácter pragmático e di-

dáctico do conhecimento e reforça o método de investigação histórico. A narração é uma das referências para o investigador que se auto-posiciona pelo seu percurso, programa ou caminho da sua pesquisa. Entre a predicação e a verbalização, a análise da linguagem nos últimos decénios desenvolveu-se no interior de horizontes teóricos diversos. No século dos intelectuais e das mulheres, a poesia<sup>8</sup> permite a total liberdade do indizível, pois «Os deuses estão descansados / E nós cansados...».

A utilização de metáforas permite uma representação mental bidireccional forte. A informação não é referenciada em si mesma, mas releva do valor da comunicação e pertinência da mesma, reforçada pela semiótica, no uso de signos e significados, sinais e desenhos. A aprendizagem faz a coordenação da informação disponível, gerida no

desenho ou configuração obtidos.

Fica em aberto a relevância da referência temporal, assim como a institucionalização da organização e o desenvolvimento dos temas, condições indispensáveis à equidade, na adequação e qualidade curricular, com programas específicos de apoio às trajetórias escolares e contextos familiares comparativos entre alunos de diversas origens<sup>9</sup>.

Os valores seleccionados foram trabalhados para dar espaço, tempo e desafiar uma cultura de testes global. O contexto das organizações e instituições públicas e privadas coloca questões relevantes quanto à avaliação nas suas leituras colaborativas e tomada de decisões. Nos programas de História, a globalização abre novos caminhos para a adaptação ou mitigação. O método de cooperação aberto da continuidade da assimilação a novas econo-

<sup>6</sup> S. Hergarty (2014). From opinion to Evidence in Education: Torsten Husén's Contribution. *Transnational Policy Flows in European Education*. Oxford: Symposium Books, pp. 47-56

<sup>7</sup> E. Guba (1981). Criterios de Credibilidad en la Investigacion Naturalista. In Sacristan, J. G. & Gomez, A. P., *La Ensenanza: su teoria y su practica*. Madrid: Akal Editora.

<sup>8</sup> Cristina Salgado (1988). Indizível, *Esquina da Memória, Poesia*. Lisboa: Sílex, p. 24.

<sup>9</sup> Teresa Seabra e Elizabete Rodrigues (2012). Trajetórias escolares e contextos familiares comparações entre alunos autóctones e de origem imigrante. In *Etnicidade, nacionalismo e racismo, Migrações, minorias étnicas e contextos escolares*. Porto. Ed. Afrontamento, pp. 255-269.

mias emergentes capacita para um trabalho colabora-

tivo e torna mais exequíveis os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS

2030). **Maria da Encarnação Ramires Marreiros Henriques**

## O FIM DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Em 2018, celebram-se duas datas gradas, muito relevantes a nível mundial: o centenário do fim da Primeira Grande Guerra e os setenta anos da assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Existe entre os dois acontecimentos uma relação que, não sendo óbvia, é sequencial.

Na madrugada do dia 11 de novembro de 1918, a bordo de um comboio estacionado na floresta de Compiègne, no norte da França, foi assinado um armistício com a Alemanha, que pôs fim à Primeira Guerra Mundial e confirmou a vitória da Tríplice Entente e seus aliados.

Porém, o que ditou oficialmente o término do conflito foi o Tratado que saiu da Conferência de Paz de Paris, iniciada nos arredores daquela cidade, em Versalhes, no dia 18 de janeiro de 1919, com a presença

de vários delegados, em representação dos países intervenientes na Grande Guerra.

No âmbito desta Conferência de Paz, ao fim de cinco meses de negociações, é assinado, a 28 de junho de 1919, o Tratado de Versalhes. Tratado esse que entrou em vigor a 10 de janeiro de 1920 e traduziu-se, essencialmente, na imposição à Alemanha (em virtude de esta ter sido considerada a grande responsável pelo confronto) de várias e duras sanções, de índole económica, política e militar. De entre elas, destaca-se o pagamento de uma indemnização, sobretudo à França e à Inglaterra, no valor de 269 bilhões de marcos; o controlo externo de algumas das suas regiões; devolução de territórios à França, Polónia e Dinamarca; redução significativa do número de militares ativos, no exército

e na marinha; extinção da aeronáutica; e impossibilidade de produção de armamento pesado.

Mas o Tratado de Versalhes ambicionava muito mais do que, apenas, penalizar o grande perdedor do confronto. Criar uma organização mundial, com o escopo de manter a paz e garantir a segurança internacional, foi um dos seus grandes ensejos. Nesse âmbito, e com esse propósito, a primeira parte do Tratado instituiu a Sociedade das Nações (ou, para os ingleses, a Liga das Nações).

Esta Organização visava garantir que nenhum país pronunciará uma declaração de guerra sem que, antes, tivesse envidado todos os esforços, junto do Estado agressor, para chegar a uma solução pacífica de eventuais desentendimentos.

Acontece, porém, que, ao mesmo tempo que colocou

um fim na Primeira Grande Guerra, o acordo estabelecido no Tratado de Versalhes acendeu o rastilho para o conflito armado que se seguiu.

O decurso da guerra e as penalizações posteriores que lhe foram impostas deixaram a Alemanha devastada e profundamente ofendida no seu orgulho nacional. Estes fatores, aliados à recessão da economia estadunidense (provocada pelo *crash* da bolsa de Nova York, em 1929, e que, rapidamente, se estendeu a toda a Europa), potenciaram o surgimento de movimentos que defendiam a instituição de um Estado fortemente armado e interventivo, em todas as áreas da sociedade e nas suas relações externas. É este sentimento coletivo que permite, em 1933, a chegada ao poder de Adolf Hitler, com amplas ideias expansionistas e de reconquista, militar, dos territórios perdidos.

Neste contexto, a 1 de setembro de 1939, a Alemanha invade a Polónia e dá, assim, o mote para o início da Segunda Guerra Mundial.

Estava, deste modo, de-

monstrado que a Sociedade das Nações, fundada cerca de vinte anos antes, não tinha conseguido pôr em prática o seu grande objetivo: manter a paz e evitar futuras contendas. Esta inépcia, demasiado evidente, acaba por ditar o seu fim, em 1942 (embora, apenas em 1946, com a passagem oficial das suas responsabilidades para a nova entidade, que entretanto foi fundada – a ONU –, a possamos considerar definitivamente extinta).

A barbárie a que o mundo ficou exposto com a ocorrência desta calamidade provocou, nos países Aliados da Segunda Guerra Mundial, a vontade de fundar uma organização mais forte do que a Sociedade das Nações, capaz de impedir que tamanha violência se prolongasse e voltasse a repetir. Assim, a 12 de junho de 1941, numa conferência realizada em Londres, foi assinada uma Declaração que estabelecia a imperiosa necessidade de trabalharem unidos, com outros povos livres que quisessem juntar-se a essa causa, tanto na guerra como na paz.

Esta foi a primeira de vá-

rias conferências, que serviram para acordar as bases ideológicas sobre as quais deveria assentar a co-opeação internacional, e que culminaram, em 24 de outubro de 1945 (logo após o final da Segunda Grande Guerra), com a fundação, através da ratificação da Carta das Nações Unidas pelos países signatários, da ONU (Organização das Nações Unidas).

Conforme pode ler-se no n.º 3 do artigo 1.º da Carta, além da manutenção da paz e da segurança, do desenvolvimento das relações e da igualdade entre os vários Estados, e do direito de disporem de si próprios, um dos grandes objetivos da ONU é, também, estimular o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais.

Para que os intentos de promoção e defesa desses direitos e liberdades se concretizassem, foram elaborados, no seio da Organização, vários instrumentos internacionais.

Nesse horizonte, em dezembro de 1948, menos de três anos após a assinatura da Carta, é proclamada, mediante a Resolução 217 A (III), pela

Assembleia Geral das Nações Unidas, reunida em Paris, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), como forma de manifestação da «[...] fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana» (cfr. preâmbulo da Declaração), e que, ao longo de trinta artigos, descreve os direitos e liberdades fundamentais de que todas as pessoas, sem qualquer tipo de discriminação, são titulares.

Ao criar as bases filosóficas fundamentais capazes de enunciar uma definição global da dignidade e dos valores de toda a família humana, a Declaração Universal dos Direitos Humanos tornou-se, desde a sua fundação, num dos mais importantes documentos internacionais sobre direitos do homem. Tendo sido, como se disse,

adotada através de uma Resolução da Assembleia Geral (que, nos termos do artigo 13.º da Carta das Nações Unidas, tem apenas poder para promover estudos e fazer recomendações), não tem, do ponto de vista formal, natureza jurídica vinculativa. No entanto, e como refere Mary O'Rawe, «na prática, a Declaração tornou-se uma norma de direito consuetudinário internacional, através de referência constante, e pode agora ser considerada obrigatória» (1999, p. 43). Esta ideia acabada de enunciar é, de facto, pacificamente aceite, já que, desde a sua criação, até aos nossos dias, o documento tem servido de modelo a convenções, tratados e pactos de direitos humanos juridicamente vinculantes, tem funcionado como influência significativa e como padrão

para cidadãos e governos, e tem sido uma verdadeira inspiração para entidades, nacionais e internacionais, que pretendem proteger e realizar os direitos do homem e suas liberdades fundamentais.

A Primeira Guerra Mundial teve início a 28 de julho de 1914 e terminou no dia 11 de novembro de 1918, sendo o caminho feito depois dela, através de várias circunstâncias que se cruzam e entrelaçam, o «responsável», trinta anos depois, pela assinatura da DUDH, que, com todos os seus defeitos e virtudes, continua a ser considerada um dos mais respeitáveis instrumentos de direitos humanos a nível mundial. A Declaração faz setenta anos. Com toda a propriedade, bem pode festejar! **Isabel Alves Pinto**

### ACOLHIMENTO EM PORTUGAL DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

A Organização das Nações Unidas (ONU), que passou a existir oficialmente a 24 de outubro de 1945,

foi criada com o propósito de manter a segurança, o diálogo e a paz, a nível mundial, e facilitar a união

internacional para a resolução dos graves problemas económicos, sociais e humanitários, deixados pela

Segunda Grande Guerra. Mas esta Organização foi rapidamente confrontada com algumas clivagens potenciadas pelo fim da guerra, que, embora não tenham sido traduzidas em confrontos armados diretos, acabaram por ditar, através de novas alianças e novas divisões, uma alteração da geografia mundial, assente em ideologias e políticas assaz distintas.

Estabeleceram-se duas superpotências fortemente armadas. Por um lado, o grupo Ocidental, liderado pelos Estados Unidos da América, baseado numa ideologia capitalista e na defesa dos direitos individuais, considerados de primeira geração, e que traduziriam os valores da liberdade (os direitos civis e políticos). Pelo outro lado, um bloco de Leste, sob a influência da União Soviética, assente em ideais comunistas e na valorização, quase exclusiva, dos direitos coletivos (no caso, os direitos económicos, sociais e culturais), chamados de segunda geração, assentes no valor da igualdade.

Estava, assim, instalada a Guerra Fria, uma guerra diplomática imposta ao

mundo, por via de uma ameaça permanente de destruição nuclear, e que haveria de perdurar até 1989.

É neste contexto internacional divisionista que surge, em 1948, no seio da ONU, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). A Organização das Nações Unidas não quis, de forma declarada, tomar partido nesta querela, tendo, no texto da Declaração, teoricamente, atribuído igual importância e destaque aos dois grupos de direitos. Acontece que o artigo 22.º da Declaração, ao estabelecer que os direitos económicos, sociais e culturais serão realizados «[...] graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país», deixa claramente espelhada a sua preferência. De facto, parece que, manifestamente, é tomada uma posição: os direitos civis e políticos seriam imediatamente implementados, ao passo que os direitos económicos, sociais e culturais seriam concretizados de acordo com as disponibilidades financeiras de cada Estado-parte.

A desvalorização destes direitos de igualdade não agrada aos países comunistas e não é por acaso que a Declaração, tendo sido aprovada sem votos contra, contou com algumas (oito) abstenções, sendo, como se compreende, a da União Soviética (URSS) uma delas.

Aqui convém realçar que, mesmo que aos dois grupos de direitos não tenha sido dado (e não foi) o mesmo destaque e consideração, o facto de todos eles constarem do mesmo documento, já se trata de um avanço considerável no tratamento dos Direitos Humanos. Pois, deste modo, pelo menos teoricamente, a Declaração difunde o conceito de que o ideal do ser humano livre só pode ser plenamente realizado se forem criadas as condições que permitam, a cada um, o pleno gozo dos seus direitos, tanto civis e políticos, como económicos, sociais e culturais. E esta ideia é de facto inovadora, já que as Declarações anteriores à DUDH não entendiam os direitos como fazendo parte de um núcleo indivisível, interdependente e inter-relacionado. Na ver-

dade, elas destacavam ora os direitos e liberdades individuais, assumindo uma filosofia liberal, como era o caso das Declarações francesa e americana, ou assumiam uma postura de prevalência dos direitos sociais, como aconteceu com a Declaração do Povo Trabalhador da URSS do início do século XX. A Declaração Universal dos Direitos Humanos introduziu a conceção de que os direitos económicos, sociais e culturais e os direitos civis e políticos se conjugam. Ao misturar as filosofias liberais e sociais realça, desta forma, que igualdade e liberdade estão mutuamente ligadas, não acontecendo uma sem a outra.

Em Portugal, à época em que foi criada, a Declaração poderia ter sido sentida, pelo menos pelos opositores confessos ao regime de Salazar, como um sinal de esperança, mas tal não aconteceu, tendo sido convenientemente ignorada tanto pela Ditadura como pela «esquerda» unida, polarizada no MUD (Movimento de Unidade Democrática) e controlada pelo PCP (Partido Comunista

Português).

Quanto ao ditador, que pretendia manter os pensamentos cativos e para quem a defesa dos Direitos Humanos era um assunto inexistente, terá sido grande o seu repúdio por um texto que estabelece, logo no seu artigo 1.º, que «todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.»

Com esta expressão da fundamentalidade dos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade fica muito clara a influência da Revolução Francesa, no conteúdo do documento. Deste modo, seria natural que Salazar tivesse aproveitado esta proximidade de princípios para aachinchar a Declaração e os direitos nela contidos. Mas não o fez. Não o fez, desde logo porque não quis afrontar os seus parceiros e principais mentores da ONU e da Declaração Universal dos Direitos Humanos: os Estados Unidos da América e a Inglaterra. Na verdade, apesar de, tanto na Carta das Nações Uni-

das (artigo 1.º) como no texto da Declaração (artigo 15.º), se proclamar a autodeterminação dos povos, estes dois países foram, depois disso, durante largos anos, coniventes passivos com o nosso regime colonialista. Conivência que o governante nacional queria conservar. Assim, apesar de a filosofia individualista e liberal, que Salazar tão veementemente gostava de criticar, se encontrar inscrita na Declaração, esta passou pelo regime e pelo seu séquito de forma discreta e incólume.

Quanto aos antifascistas opositores do regime, seria expectante que, dentro das suas possibilidades gráficas e organizativas (muito limitadas pela censura), tivessem dado ao documento um destaque considerável, usando-o para «confrontar» e abalar o regime com as novas posições internacionais. Mas tal também não ocorreu.

Não podemos esquecer-nos de que, no contexto da Guerra Fria e por motivos ideológicos, a Declaração não agradou inteiramente à URSS, que, por isso, não a aprovou (absteve-se, já o referi). Por outro lado,

como sabemos, é comum ouvir-se dizer que, em Portugal, durante a ditadura, a maneira de ser oposição era ser comunista. E, de facto, era mais ou menos assim. Ora, se o país que representava o Bloco Comunista

não se comprometeu com a DUDH, os seus seguidores também não o fariam. Concluindo, o acolhimento em Portugal da Declaração Universal dos Direitos Humanos, na altura em que foi proclamada, oscilou entre

a «tolerância» internacionalmente comprometida da ditadura e um «entusiasmo» discreto e apagado da oposição. **Isabel Alves Pinto**

## FORMAÇÃO ANUAL | História, Cultura, a Ciência, a Tecnologia e a Simbólica do Vinho | Quinta de Santar, 28 a 30 de Setembro



**História, Cultura,  
a Ciência, a Tecnologia  
e a Simbólica do Vinho**  
FORMAÇÃO ANUAL DOS INVESTIGADORES DO CLEPUL

FORMADOR:  
**Dra. Filipa Vasconcelos**  
VICE-INSPECTORA GERAL DA ASAE

LOCAL:  
**Quinta de Santar**

**28 a 30/setembro/2018**

**Inscrições Abertas**  
Contacto: [iecpma@gmail.com](mailto:iecpma@gmail.com) - 96 312 63 19 - 96 108 88 14

Nota: Inscrições abertas até 5 de setembro, sujeitas a *numerus clausus* e a pagamento prévio da totalidade da valor no ato da inscrição: 250 € (para membros do CLEPUL) e 500 € (inscritos que não sejam membros do CLEPUL). Valor inclui a formação, a estadia, a alimentação e o transporte.



